



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 145

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

1 — ATA DA 24ª REUNIÃO, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

Inexistência de quorum para abertura da sessão

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 24ª Reunião, em 5 de novembro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Alaor Coutinho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

João Lobo — Luiz Cavalcante — Alaor Coutinho — Mauro Borges — Arnor Damiani.

**O SR. PRESIDENTE** (Alaor Coutinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores. Não há quorum regimental para abertura da sessão.

Nessas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

### ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões  
Está encerrada de reunião.

(Levanta-se à reunião às 14 horas e 50 minutos.)

### ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.

25ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 1985

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dois de dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Milton Cabral, João Calmon, Virgílio Távora, Jorge Kalume, Severo Gomes (Relator), Martins Filho, José Lins, Cid Sampaio e César Cals, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida é dada como aprovada.

Havendo número regimental é declarada aberta a reunião pelo Senhor Senador Milton Cabral, Presidente

eventual, que convida o depoente, Dr. Antônio Ermírio de Moraes, Presidente das indústrias do Grupo Votorantim a prestar o juramento de praxe.

Com a palavra, o depoente discorre sobre as indústrias de alumínio, siderurgia e eletricidade.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Virgílio Távora, José Lins, Cid Sampaio, Jorge Kalume e Severo Gomes na qualidade de Relator.

Em seguida, assume a presidência o Senhor Senador César Cals que após se justificar pelo atraso, dirige algumas indagações ao depoente. Ainda, solicitam a palavra, os Senhores Senadores Cid Sampaio e Severo Gomes.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Antônio Ermírio de Moraes e, em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas sejam publicadas, em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS.

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Annual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

**ANEXO À ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1985, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES, PRESIDENTE DAS INDÚSTRIAS DO GRUPO VOTORANTIN, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

**Presidente: Senador Cesar Cals**

**Relator: Senador Severo Gomes**

(Íntegra do apanhamento taquígráfico da reunião.)

Srs. Senadores:

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Atingindo o quorum indispensável, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar questão das sociedades de economia mista das quais a União detém a maioria acionária.

Hoje, teremos o prazer de ouvir o Dr. Antônio Ermírio de Moraes, Presidente do Grupo VOTORANTIN, um industrial muito conhecido de todos nós pela projeção que adquiriu e provavelmente o presidente do maior grupo empresarial brasileiro, mas sobretudo pela sua participação em todas as oportunidades, em que é necessário, de se ouvir manifestações de pessoas que tenham a responsabilidade, como ele a tem, na economia brasileira, ocasiões em que o nosso convidado tem sempre manifestado opiniões das mais abalizadas e, dessa forma, a sua participação, não só como dirigente empresarial, mas também como um dirigente de um dos setores de maior importância da economia. A sua opinião, na realidade, passa a ser sempre uma contribuição a todos aqueles que procuram estudar os problemas nacionais.

Com essa introdução, passo a palavra ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes, e peço que V. Sª leia o juramento, que é praxe dos trabalhos desta Comissão.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Juramento:

Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga gestão das sociedades de economia mista, nas quais a União detém a maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Dr. Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Meu caro Senador Milton Cabral, Senador Severo Gomes, Srs. Senadores:

Confesso, Ex's, que recebi do Senador Cesar Cals, na quinta-feira, à noite, um telefonema pedindo que aqui comparecesse na segunda-feira, para dizer alguma coisa a V. Ex's com relação à indústria de alumínio,

no Norte, na Amazônia. E, eu disse a S. Exª que não podia comparecer, porque tinha hoje, pela manhã, uma reunião na CPRM, no Rio de Janeiro, mas S. Exª conseguiu postergar a reunião para hoje à tarde, de maneira que fiquei desembaraçado para comparecer a esta comissão para poder discutir e responder as perguntas. Estou pronto a dizer alguma coisa sobre a indústria de alumínio no Brasil a V. Ex's — nos outros setores de estatais também, dentro daquilo que conhecemos; afinal de contas são 36 anos de trabalho, e acredito que muita coisa poderia ser dita. Sobre a indústria de alumínio, poderei dar realmente um depoimento a V. Exª e sobre a indústria de siderurgia, por exemplo, setor estatal, e a eletricidade, também, porque conheço, De maneira que, estou à disposição de V. Ex's podendo começar pelo alumínio.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nós não podíamos perder uma ocasião como essa de justamente ouvir o testemunho de um homem que alia a sua posição de empresário número um a uma vivência, como poucos têm da vida pública brasileira, no bom sentido — que não é só executada através de mandatos. De maneira que achávamos que devíamos ouvir S. Sª pode, em termos de largas pinceladas, bem amplas, falar sobre o assunto. Porque falar apenas sobre o alumínio, acho que até restringe a altura do depoimento de S. Sª

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Eu queria apenas lembrar aos Srs. Senadores e ao próprio Depoente de que o objetivo central desta Comissão, como está no texto da sua convocação, é promover um conhecimento mais aprofundado da gestão das sociedades de economia mista, das estatais pelo Governo, sobretudo para permitir a esta Comissão condições de avaliação de até que ponto tem cabimento a intervenção do Estado na Economia.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Se V. Exª me permite, nobre Senador, eu faria uma coisa bem rápida, porque, dentro da própria indústria de alumínio existe uma intervenção estatal, e acho que isso também faz parte exatamente do contexto geral. Então, eu começaria com o alumínio, depois passaria para o setor de siderurgia, e em seguida para o setor de hidroeletricidade — que me parece uma coisa de suma importância e que o Senador Virgílio Távora conhece tão bem.

Mas como V. Exª's sabem, há hoje, no Brasil, seis produtores de alumínio. E o Brasil tem grande chances de se tornar até o ano 1990, possivelmente, o quinto maior produtor de alumínio. Hoje, o maior produtor de alumínio são os Estados Unidos da América do Norte, com milhões de toneladas, o segundo maior produtor é a URSS, com dois milhões e quatrocentos, o terceiro, o Canadá, o quarto, a Alemanha, o quinto, a Noruega, o sexto, a Austrália, e sétimo, o Brasil.

Nesses próximos quatro anos — se concretizando os planos que estão aí, de expansão, o Brasil terá a chance realmente de passar a Noruega e a Alemanha, tornando-se, assim, o quinto maior produtor de alumínio do mundo. Não obstante, existem muitos problemas de alumínio que são extremamente graves, principalmente, no que se diz respeito a área estatal. Note bem — sou um homem liberal, com a graça de Deus — admito que há espaços para todos, para empresa privada nacional, e também para empresa estatal. Não obstante isso, é preciso que possamos enxergar quais são as deficiências, o que está ocorrendo de errado no setor, principalmente com relação ao fornecimento de energia elétrica para o setor da indústria de alumínio no Norte do Brasil. No Sul do Brasil, acho que a indústria de alumínio está mais solidificada, no Norte é que a indústria é nova, e sofre, naturalmente, de problemas, principalmente no que diz respeito ao preço de energia elétrica, que é uma coisa que V. Exª têm acompanhado. Há um lobby terrível da própria indústria de alumínio, no sentido de se baixar os custos das tarifas de energia elétrica. Custos esses que dificilmente poderão ser baixados, na minha opinião é uma questão só de aritmética — o Senador Virgílio Távora me dizia que gosta de matemática, de aritmética — que é uma coisa tão simples, mas que pouca gente exercita. Mas vejam V. Exª o seguinte, se hoje, em se construindo uma empresa hidroelétrica, seja o Governo, seja empresa privada, o custo da implantação, de um Kw, se for muito bem administrado, fica em torno de 1.000 a 1.200 dólares o Kw. Para se transmitir essa energia — vamos admitir que lá no Norte, quer dizer, a transmissão, a distribuição por enquanto é mais barata, porquanto o número de consumidores, exceção feita a Belém, é menor. Então, para uma indústria de alumínio, como a ALBRÁS, como a ALUMAR, são linhas diretas que vão a um único consumidor. Vamos dizer que se consiga fazer uma transmissão a 500 dólares o Kw. Normalmente, quando se trata de transmissão, distribuição em um grande centro, como seria o caso de Fortaleza, como seria o caso de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, se diz que o custo de uma produção é igual ao custo da transmissão e distribuição. Então, se a produção custa mil dólares o Kw, seriam dois mil. Mas só para tornar a coisa de maneira objetiva vamos dizer que custe 1.500 dólares por Kw, quer dizer, para se produzir muito bem administrado, e para poder naturalmente se fornecer um grande consumidor tipo ALBRÁS, ou ALUMAR. Ora, se tomarmos isto aqui a 12% de juros — que seriam os juros internacionais como sendo uma taxa razoável de juros no mercado internacional — isso nos daria 180 dólares de juros por ano. Quer dizer são 18 mil centavos de dólar por ano — estou dizendo centavos, porque a energia elétrica é calculada em milésimos de dólares por Kw hora/mil. Agora, admitindo que tenhamos pelo menos um fator de carga da ordem 80%, um ano são 8.640 horas, a 80% são 17 mil horas. Então, temos 18 mil centavos de dólar dividido por um Kw — vamos dizer, alumínio

pode fornecer 7 mil Kw horas. Geralmente, quando é para uma indústria normal, a média do Brasil é em torno de 1 Kw, fornece mais ou menos 4.300, é de 50% o fator de carga, mas para a indústria de alumínio o fator de carga é muito mais elevado. Daí, conseqüentemente, temos um custo menor por Kw/hora. Então, se dividem 18 mil centavos de dólar por 7 mil, temos 2,5 centavos de dólar por Kw. Isso significa 25 milésimos de dólar o Kw/hora, são 25 mil por Kw/hora. O que é um preço nos Estados Unidos tido como razoável. Todo produtor americano que tem um Kw da ordem de 25 milésimos de dólar equivale a um preço razoável, não é excelente, mas é um preço, nos Estados Unidos,

Há aqueles que já têm Kw a 28 milésimos de dólar. O pessoal do Tennessee tem pelo menos a 26 milhões de dólares o Kw/hora. Há nos Estados Unidos da América do Norte uma quase autarquia chamada Bonwill Power Association, BPA, que é realmente administrada pelo Congresso americano. Eu já escrevi aos Estados Unidos para saber quem é que administra o BPA, para saber porque eles podiam dar um preço tão baixo de energia. Mas a verdade é que a resposta que recebi dos Estados Unidos é que o Congresso americano administra o BPA, que era uma entidade feita a CHESF, regida pelo Congresso americano que teria, naturalmente, dado a si a responsabilidade da tarifação da energia no sentido de desenvolver certas regiões do Brasil.

Muito bem. No BPA — Bonwill Power Association — ela praticamente fornece energia, mas precisa de 1/3 da produção americana de alumínio, mais ou menos 1/3 da produção que é a parte oeste, noroeste, o Estado de Oregon e Washington, lá para cima, na parte noroeste dos Estados Unidos.

São 25 milhões de dólares kw/hora que é um preço de mão dada.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> que se levando em conta os juros sobre o capital investido, o preço é esse 2 e meio centavos de dólares por kw/hora.

Ora, a indústria de alumínio, no setor norte, recebe então — um preço — isso é só taxa de juros. Isso é muito confidencial — mas, é um estudo que foi passado para muitas pessoas da própria ELETRONORTE e vou até declinar o nome da pessoa, o Dr. Osvaldo Baumgarten, que foi um antigo diretor do Departamento Nacional de Energia Elétrica, homem responsável, que nos anexou um estudo no qual diz que a energia de Tucuruí, com depreciação, fica em 52 centavos o kw/hora.

Mas vamos admitir que tenhamos, então, um preço de fornecimento de energia, que foi feito no ano passado pela ALUMAR, que é a companhia no Maranhão, de 12 mil o kw/hora, 1,2 centavos o kw/hora.

Aqui está o estudo, é confidencial, mas vou deixar uma cópia em poder do Senado.

A verdade é que há um movimento grande para que esse preço de energia seja baixado para cerca de 8 milésimos de dólares kw/hora. O que me parece que seria realmente lamentável.

Vamos agora fazer a aritmética, nobre Senador Virgílio Távora.

A ALBRÁS vai produzir 320 mil toneladas de alumínio em Baccarena, no Estado do Pará. A empresa ALUMAR produz em São Luiz do Maranhão cerca de 110 no momento e está em fase de conclusão de mais 135 mil toneladas, produzindo 245 mil toneladas.

Então, teríamos assim um total de 565 mil toneladas. Mas, é preciso levar em consideração que terminada essa fase de 245 mil toneladas dizem que a ALUMAR irá produzir 520 mil toneladas, também, isso é tranquilo do ponto de vista internacional. Temos o total no setor norte, em alumínio teremos uma produção total de 640 mil toneladas por ano.

Agora, vamos dizer o seguinte: em média, entre corrente alternada e corrente contínua, o gasto de energia é da ordem 16 mil kw/hora por tonelada. As cubas, os fornos gastam cerca de 13 mil e 500, mas, depois temos cerca de 700 kw para fazer o cozimento da pasta e tem mais toda a corrente auxiliar. No fundo, gasta-se 16 mil kw/hora por tonelada. Então, multiplicando 640 por 16, vai-se chegar a uma conclusão de 10 bilhões de kw/hora por ano que a Alumínio do Norte vai consumir.

Ora, no estudo do Dr. Baumgarten diz que o custo da energia de Tucuruí é da ordem de 55,3 a 55,2 mil.

Se for levado em conta a depreciação das despesas operacionais, esse valor se elevará para 53 mil por kw/hora. Esse será, aproximadamente, o custo real do kw/hora gerado em Tucuruí ainda que o custo do serviço possa ser menor, porque nem todos os encargos são lançados nele.

Então, vamos admitir não os 53 de custo que ele está falando, mas, que seja 42 — vamos tirar uns 20% do custo. Se o custo for 42 milhões de dólares e estão fornecendo 12, significa que estamos perdendo 30 mil por kw/hora, 30 mil são 3 centavos de dólares. Então vamos multiplicar 10 milhões de kw/hora por 3 centavos de dólares que dão 30 bilhões de kw/hora, ou seja, são 300 milhões de dólares por ano de que essa empresa de alumínio vai dar prejuízo a ELETRONORTE.

Pergunto eu, Srs., se uma empresa, como anunciou a ALBRÁS, que já gastou 640 milhões de dólares, ou uma ALUMAR, que é a ALCOA, que já gastou cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, gastar mais cerca de 150 milhões de dólares para obter a sua independência, vale a pena ser revisado.

O potencial da hidrelétrica é imenso, o potencial da hidrelétrica, por enquanto vem de Tucuruí. Graças a Deus o povo brasileiro é um povo que tem criatividade. Houve, já no tempo do Ministro Dias Leite, um decreto que permitia o financiamento de usinas hidrelétricas para com o Governo, usufruir durante um determinado tempo, se não me falha a memória, 25 anos, um preço mais barato.

Mas, feita as contas de aritméticas, infelizmente, esse decreto não se mostrou realizável e o resultado é que ninguém ligou para isto. Mas, vamos admitir que amanhã o governo brasileiro ache muito bem.

Para libertarmos as indústrias de alumínio é preciso fazer o seguinte: Tucuruí, no momento são 8 máquinas e 330.000 KW; com possibilidade de se expandir para 6,5 MW. Mas vamos admitir que para se dar uma condição de sobrevivência à indústria de alumínio, que uma parcela da própria barragem e das máquinas fossem vendidas ou alugadas a empresas produtoras de alumínio a custo zero. — Se Tucuruí somando 3 milhões e 300.000 KW custou 4 bilhões de dólares, então se amanhã precisar de 300 mil KW, uma máquina, por exemplo, então eles pagam o correspondente da barragem, o correspondente dos alternadores, turbinas e subestação e ficam liberados a custo deles. Seria uma espécie de aluguel de máquina, aluguel de turbina, alternadores e subestação dentro da própria empresa, mas cujo destino seria realmente levado exclusivamente para a usina de alumínio. Se eles pagassem por isso, não vejo nenhum mal nesse sentido e libera, naturalmente, a ELETRONORTE de um prejuízo fantástico que ela teria, certamente, se continuasse dentro dessa posição. Evidentemente nós vamos ter que aumentar os pacotes fiscais, um atrás do outro, porque evidentemente alguém vai ter que pagar por este rombo.

Agora o que é difícil, o que é duro, o que realmente me parece que não é lógico é que o Governo brasileiro, a ELETRONORTE que é uma das empresas mais descapitalizadas do setor, ter que dar um subsídio exatamente a maior empresa mineradora do Brasil, da América do Sul, que é a Vale do Rio Doce, e a maior produtora de alumínio do mundo, que é a ALCOA. Parece-me que há alguma coisa errada nesse sentido, há alguma coisa para ser reformulada nesse sentido.

É isto que está acontecendo em matéria de subsídio. Quer dizer, subsídio dado naturalmente pela ELETRONORTE à indústria de ALUMÍNIO NORTE, vai custar quando a plena carga, 300 milhões de dólares por ano. Isso é uma coisa que temos que conscientizar.

Agora, isso seria uma maneira de desanimarmos na indústria de alumínio do setor Norte? Acho que não, em absoluto. Acho que tínhamos apenas que mudar apenas o enfoque da coisa.

Ora, o mundo inteiro produz alumínio com cerca de 28% de energia própria. Acho que o Brasil, por uma questão de segurança, devia produzir isso, é o que nós fazemos, nós fazemos com 60% de energia própria.

Para cada tonelada de alumínio/hora tem que se instalar 2 KW porque são 16 mil por 8 mil/horas são praticamente 2 KW para cada tonelada de alumínio/hora. Então, se multiplicar 2 por 60 são 1,2 KW para cada tonelada de alumínio hora. Mas, vamos dizer que se faça com 50%. Então, para facilitar o raciocínio dos Srs., vamos instalar energia própria com 1 KW para cada tonelada de alumínio/hora, significa uma fábrica vai produzir 100 milhões de alumínio por ano, ele instala mais ou menos 100 mil KW. Será que isso é tanta coisa?

Se nós vimos aqui que 100 mil KW custa, entre a produção e a transmissão, 1.500 KW/hora são 150 milhões de dólares que teremos que gastar para liberarmos a indústria de alumínio dessa tremenda pressão que se faz em cima da ELETRONORTE.

Essa é uma das coisas que, realmente, me deixam um pouco perplexo em relação à indústria de alumínio e que os Srs., aqui do Senado, têm possibilidade de poder reformular essa política em relação ao preço do kw/hora.

Outro ponto básico que me parece seria o último ponto que ressaltara para os Srs. o que acontece com as reservas minerais de bauxita, no Brasil.

Os Srs. sabem que o Brasil tem a 3ª maior reserva de bauxita do mundo. Nós só perdemos para a Austrália e para a Guiné. Mas para a Guiné o Brasil tem uma grande vantagem porque a bauxita, chamada trigonato (?) que é aquela bauxita que consome pouca energia, ela é dirigida por soda cáustica praticamente à pressão normal e à temperatura de 180°. Então consome muito pouco energia. Na Guiné, não existe mais esse trigonato. A bauxita na Guiné, que é imensa é hoje toda monohidratada, mas isso significa mais quilo de óleo por tonelada de alumínio e isso joga a Guiné fora de concorrência internacional.

Então restam a Austrália e o Brasil disputando um páreo bastante interessante.

Ora, o Brasil exporta cerca de 3,5 milhões de toneladas de bauxita através da Mineração Rio do Norte na qual o capital brasileiro tem 56%, mas, não obstante isso, importava de uma maneira lamentável o óxido de alumínio para sua fábrica de alumínio, no Rio de Janeiro. Lutei muito contra isso, lutei tremendamente contra a implantação da Vale Sul, eu não sou paulista não, nem filho de pernambucano, sou brasileiro. Chamei naquela ocasião a atenção do Presidente Ernesto Geisel pedindo, não gostou muito, disse quem mandava no Brasil era o eixo Copacabana-Ipanema, isso não era possível, instalar uma fábrica de alumínio no Rio de Janeiro, não tem finalidade nenhuma. Resultado: a Vale Sul entrou para operar e, até agora, a entrada da (inaudível) importa óxido de alumínio no Suriname. A mesma coisa acontecendo com a ALBRÁS que queria importar óxido de alumínio do Suriname. No momento isso é uma composição e como existe um excesso de capacidade na fábrica de alumina, em São Luiz, então essa fábrica de São Luiz fornece não só para ALBRÁS, como também para a Vale Sul, mas essa medida é temporária, porque no ano que vem, quando a fábrica de alumínio da ALCOA estiver, por exemplo, 245 mil toneladas, são duas toneladas de óxido de alumínio para cada tonelada de metal. Então, essas 245 vão absolver 500 mil toneladas de alumínio, que é a capacidade dessa fábrica ela se esgotará e o Brasil voltaria a importar óxido de alumínio ou do Suriname ou da Jamaica, tendo a 3ª maior reserva de bauxita do mundo. Isso é outra coisa que tem que ser pensado e repensada. Parece-me, apenas como sugestão, companhia mais rentável que existe, hoje, na Amazônia, é realmente a Mineração Rio do Norte, que exporta bauxita. Deixo aqui, como sugestão, porque não chamar, onde a Vale do Rio Doce tem 46% e a nossa companhia tem 10%. Naquela ocasião foi uma imposição que eu achei um ato de patriotismo que precisava ser feito, realmente nós passamos a praticamente anos sem receber um centavo de dividendo. Foi feito porque, inclusive demos uma carta dizendo que nós não queríamos dividendos, que todo lucro que tivesse que eles reaplicassem no sentido de que essa mineração pudesse se transformar amanhã numa fábrica de alumínio e, posteriormente, numa fábrica de alumina. Se existe uma rentabilidade boa, por parte da Mineração Rio do Norte e se a maioria do capital votante é nacional, pergunto: por que não

nós atacarmos mais depressa, talvez até através a Mineração Rio do Norte — a ALUNORTE que está parada no momento, esperando naturalmente a negociação com os japoneses. É evidente que os japoneses, isso eu preciso chamar a atenção dos Srs. Há um ponto muito delicado, e gostaria de chamar de macroeconomia, que vai ocorrer realmente; o Japão que chegou a ter a segunda maior indústria de alumínio do mundo, ele parou após 1973, cerca de 1 milhão de toneladas de alumínio, já produziu um milhão e 350 mil, agora produz 350 mil toneladas tendo parado definitivamente (incompreensível) toneladas de alumínio. Daí o Japão, em vez de produtor, passou a ser um grande comerciante de alumínio. O mesmo problema está na véspera de ocorrer nos Estados Unidos da América do Norte. Os Estados Unidos não têm mais possibilidade de crescer na indústria de alumínio, em face do preço cada vez maior de energia elétrica. E resultado: se nós tivermos a união dos Estados Unidos com o Japão, no sentido de serem comerciantes de alumínio, nós, brasileiros, teremos realmente uma possibilidade muito difícil de entrar nesse mercado internacional a preços justos, porque evidentemente que a máquina de pressão é total.

O alumínio baixou de 1500 dólares, a tonelada, para 960, 970 dólares a tonelada pelo simples fato de os japoneses terem deixado de ser produtores para serem comerciantes, consumidor. Como eles são organizados e têm senso de comércio extremamente equilibrados, eles provocaram uma queda brutal na indústria de alumínio, e disso naturalmente eles estão usufruindo, conseguiram baixar brutalmente o preço do alumínio e agora, imaginem os Srs., no dia em que o Japão estiver aliado aos Estados Unidos.

Cabe a nós, brasileiros, estarmos preparados no sentido de que se possa, os próximos produtores, gerar a sua energia elétrica, o Governo brasileiro devia ser generoso no sentido de que se dê concessões para que eles pudessem, e são usinas pequenas, 100, 200 mil quilowatts por sistema energético brasileiro não é nada, para quem tem 213 milhões de quilowatts no setor hidrelétrico a serem aproveitados, em parece que isso é uma coisa ridicularmente pequena. Mas, por outro lado, seria interessante também que o Governo brasileiro não adiasse a construção da ALUNORTE e procurasse, através dos meios que possui, e possui através da mineração Rio do Norte, capitais que pudessem, amanhã, entrar e desenvolver a mineração Rio do Norte o mais depressa possível, porque a partir do ano que vem, o Brasil passará novamente a ser importador de alumina, o que é lamentável num país que tem a terceira maior reserva do mundo.

São essas observações que faço e que estão pedindo, naturalmente, solução de cúpula no setor de alumínio.

E de uma maneira geral, no setor das estatais, eu tenho definido uma tese que é a seguinte: o Brasil tem, realmente, grandes possibilidades de produzir bem e barato no setor estatal, aço e naturalmente energia hidrelétrica, porque o Brasil tem uma rede muito grande.

No campo de aço eu citaria que o Brasil, hoje, tem cerca de 70% da sua produção de aço produzida através do sistema de oxigênio, chamado de (incompreensível) que é a maneira mais econômica de se produzir aço no mundo, e, no Brasil 45%, do aço produzido é feito através da fundição contínua, que é a coisa mais barata que existe no mundo inteiro. Então, com oxigênio e fundição contínua, as nossas siderurgias são siderurgias modernas, sejam estatais, seja do Governo, sejam de capital estrangeiro, são modernas com capacidade de competir.

Não me parece que seria justo que deixasse esse enorme parque siderúrgico brasileiro se sucaticizasse. Se supuser naturalmente um número pequeno, o Brasil hoje produz 20 milhões de toneladas de aço por ano; nós somos o 5º maior produtor de aço, nós passamos no mês passado a Itália e a França e, na Europa, só perdemos para a Alemanha.

O Brasil, depois da Rússia, do Japão, Estados Unidos e da Alemanha, é o maior 5º produtor de aço, e com uma indústria moderna. Mesmo ela sendo estatal, pergunto: vale a pena deixar por uma questão apenas ideológica, se é estatal se não é estatal? Acho que tudo é Brasil. Nós precisamos dar recursos para que elas possam, realmente, vingar com boa administração, com séria administração e partir para dias melhores.

Tenho definido o seguinte: nos setores de aço e hidrelétrico nós deveríamos procurar capitalizar, e essa tese tem sido uma tese muito discutida, quer dizer, não é tão fácil fazer quanto sugerir. Eu acho que os setores de aço e hidrelétrico poderiam muito bem ser, pois eles pertencem ao Governo, desdolarizados. Mas como? Desdolarizar é uma coisa complicada. Realmente, é uma coisa complicada, é uma tese que precisa de muita discussão, de muito trabalho, de muita reflexão. Mas como? Se o setor hidrelétrico deve ao setor estrangeiro cerca de 12 bilhões de dólares, e o setor siderúrgico está entre 10 e 12 também, praticamente nós temos 25 bilhões de dólares de 25% da dívida brasileira, estão nesses dois setores. Ora, se o setor siderúrgico e o setor hidrelétrico pudessem naturalmente passar, serem desdolarizados, e passar essa responsabilidade ao Tesouro Nacional pelo pagamento da sua dívida mas, em contrapartida, tudo que é dado não tem valor, para cada dólar que o Tesouro Nacional tenha que pagar por conta da dívida externa, eu acho que a empresa estatal poderia dar um dólar de ações preferenciais ao Tesouro Nacional ou ao Governo para que ele pudesse colocar, ao grande público, essas ações. O Tesouro Nacional assume a responsabilidade mediante a emissão de ações preferenciais que não têm direito a voto, e essas ações seriam colocadas não só aqui no Brasil como, quem sabe, até no mercado internacional.

Vejam o seguinte: nós falamos em renegociar a dívida. O Senador Severo Gomes conhece muito bem. Lá fora o diretor de um banco internacional é um homem que tem muito pouca possibilidade de negociar; ele apenas é um representante de um grande número de acionistas, e o parâmetro de negociação dele é muito pequeno. Se, amanhã, for feita uma grande oferta, vamos pegar uma COSIPA, uma USMINAS, uma CSN que possa oferecer um lote grande de ações preferenciais, e um presidente de banco chama a sua assembléia de acionistas e diz — "Até agora o Brasil pagou os seus juros mal e mal, agora quanto ao principal é uma grande dívida. Se amanhã aparecer um lote de ações preferenciais, sem direito a voto, talvez seja uma maneira até de se poder argumentar com seu acionista dizendo que, naturalmente, isso é uma coisa válida, afinal de contas é uma ação que, no momento em que essas empresas foram desvalorizadas, tenho certeza absoluta que elas passarão a ser rentáveis e com a grande vantagem de que se amanhã a inflação for 240%, não se precisa ajustar, quer dizer, os mesmos 240% para os setores hidrelétricos, e siderúrgico, que são dois setores que comandam grande parte da inflação.

Se a inflação for de 240 os srs. reajustam para 180, 190, 200, precisa reajustar menos, porque a grande parcela que até hoje todos reclamam, e com justa razão, é que a dívida financeira dessas empresas é de tal ordem que elas são inadministráveis. Sinceramente eu já analisei balanços de companhias estatais, quer no setor siderúrgico quer no setor hidrelétrico, e sinceramente se qualquer um de nós tivéssemos lá eu tenho certeza que o resultado seria o mesmo, porque só mesmo como Jesus baixando na terra e fazendo um milagre, porque com a dívida que tem em dólar, qualquer empresa desse setor deve um bilhão de dólares lá fora, e com um bilhão de dólares de dívidas com uma desvalorização de 10% dólar todos os anos, é praticamente impossível se administrar.

Então, para esses dois setores apenas uma idéia, talvez mereça ser analisada talvez não. Se amanhã houver essa desdolarização, transferência das empresas estatais para o Tesouro Nacional, de ações preferenciais que colocaria perante o público no Brasil, ou lá fora, em lotes grandes, então me parece que esses setores ficariam bem equacionados.

Agora, há um grande número de empresas estatais que realmente não merecem, de jeito nenhum, serem desestatizadas, porque se de um lado eu não acho que a desestatização de uma PETROBRÁS ou de uma Vale do Rio Doce eu considero isso, os srs. me desculpem, vou dizer até ridículo, porque não existem capitais no Brasil capazes de chegar e querer comprar ações majoritárias de uma PETROBRÁS ou de uma Vale do Rio Doce, não é possível, e se houvesse era um desserviço, porque sinceramente eu acho que elas vão bem, muito obrigado. Mas vamos ajudar o setor majoritário, são esses 100 números de empresas do governo que teriam capacidade de vir a produzir bem, mas que estão com

um déficit de caixa, com uma descapitalização grande.

Então, parece-me que não adianta nós falarmos no setor de siderurgia, como na semana passada, um assessor do Ministério da Indústria e Comércio me telefona dizendo: nós precisamos estatizar a COSIMC. Eu disse: "a COSIMC foi fechada 25 anos atrás, e pertencia à família Jaffer, há 25 anos foi um desastre, e de lá pra cá o desastre piorou demais. Hoje é uma grande sucata. De maneira que falar em industrialização de COSIMC Companhia Siderúrgica Mogi das Cruzes, é um absurdo. O que se tem que fazer é fechar, pura e simplesmente, vender a área e tentar pagar naturalmente todos os seus fundos. Se bem que todos os funcionários da COSIMC todos eles praticamente têm seus fundos de garantia, e poucos funcionários teriam direito à indenização.

A localização é excelente, talvez seja uma das melhores localizações no Brasil.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, pela ordem. Uma exposição tão eloquente quanto esta, ao mesmo tempo tão elucidativa, poder-se-ia fazendo as perguntas fora daquele sistema que adotamos, de justamente o conferencista fazer a explanação e depois ser perguntado? Porque às vezes afloram dúvidas no momento e depois passam pela cabeça. Eu consultava a V. E. se isto fosse possível, se não fosse, seguiríamos o caminho normal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Que é possível é, depende do expositor. Sempre nós privilegiamos o expositor, deixando que ele faça o melhor.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Acredito que para o expositor seja bem melhor.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Praticamente o que tinha a dizer aos senhores entre, basicamente, a indústria base de alumínio, indústria de siderurgia, indústria de eletricidade eu queria citar o seguinte número para os senhores. Todo mundo fala que a Rússia é o maior produtor de aço do mundo. Não obstante, 53% do aço produzido na Rússia hoje tem um processo obsoleto, que usa óleo ou gás natural. Sei que a Rússia tem 35% do gás natural do mundo, mas não obstante não significa que eles têm que gastar gás natural à toa. Agora, por outro lado, em matéria de fundição contínua, na Rússia apenas 13% de aço da Rússia é produzido por fundição contínua; no Brasil é 45%. A média do Brasil é igual à média mundial, no mundo inteiro 45% do aço é produzido por fundição contínua. O Brasil está lá em cima. Agora, pega, por exemplo, um país como a Rússia, está muito atrasada, ela produz uma grande quantidade, mas evidentemente com um método antiquado, precisam renovar o seu parque fabril em matéria de siderurgia, apesar de ser o maior produtor do mundo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Os Estados Unidos têm uma parte da sua siderurgia, bem defasada.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Os Estados Unidos ajudaram a remodelar a indústria siderúrgica do Japão, da Itália, da França, da Alemanha e não remodelou a dele. Agora, no momento, está em situação de aperto. Em matéria de siderurgia, eu queria apenas colocar isto; o Brasil está muito bem colocado em siderurgia, eletricidade, e na própria indústria de alumínio. Ressalvo esses problemas nós temos possibilidade imensas de amanhã agredir corretamente e comercialmente os mercados externos.

Que saiba, por enquanto, e não quero me alongar demais, estou aqui disposto às perguntas dos Srs. Senadores, se possível respondendo-as.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Então, passemos aos debates.

Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não vou parabenizar Dr. Ermírio de Moraes pela exposição feita; temos pontos de vista comuns e até suspeitos. Realmente, ouvimos dele o que estávamos esperando. Mas voltamos ao alumínio: Dr. Ermírio, de 12 para 52 não é realmente uma magnanimidade muito grande da parte do Governo, a cobrança desta tarifa de 52 mil para 12 mil? É

menos de um quarto. Não acha V. S<sup>a</sup> que isto dá e um excesso?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Acho que o que nós fizemos em alumínio já responde à sua pergunta, porque eu teria vergonha de pedir um preço de 12 milhões de quilowatt/hora, quando ela custa 52 numa empresa produtora, acho que é ilógico, irracional e, ao mesmo tempo, não é patriótico. Afinal de contas, todos temos que viver neste País. Nós procuramos, Senador — mas eu queria até, precisam me dar uma oportunidade, até hoje desde que nós implantamos indústrias de Químico no Brasil em 1955, nós sempre procuramos produzir pelo menos com 60% de energia própria. Exatamente porque tivemos durante 35 anos uma situação estranhamente difícil. Não tenho a menor vergonha de dizer que durante 15 anos pagamos títulos em Cartório, mas executamos uma meta, era produzir 60% de energia própria. E hoje temos uma posição tranquila; temos uma empresa rentável, no setor de alumínio. A única que paga Imposto de Renda no Brasil, é exatamente o elo mais pobre que é o setor nosso, privado, nacional. Porque não podemos ter a pretensão de competir com a Vale do Rio Doce, com a ALCOA, que é o primeiro maior produtor do mundo. Nós somos o elo pobre produtor de alumínio do Brasil.

No ano passado pagou-se 81 bilhões de cruzeiros de Imposto de Renda e este ano o Imposto de Renda previsto só pela Companhia do Alumínio é superior a 140 bilhões de cruzeiros. Imposto de Renda devidos, referente ao ano de 1985. Eu digo isto até com muito orgulho, porque os outros setores — isto também é uma coisa que talvez pudesse ser corrigida, porque toda vez que uma empresa multinacional no Brasil vai bem, o primeiro ato que ela faz é contratar com a matriz um "Senhor empréstimo", naturalmente, pela sua empresa que vai bem, e com isto ela deixa de pagar 45% de Imposto de Renda. Quero dizer, automaticamente é uma coisa que está ocorrendo, e não culpo a ninguém não, tenho que culpar a nós mesmos, a lei favorece mais. Então, para não pagar Imposto de Renda, que hoje é pesado, o Imposto de Renda hoje é 45% dos lucros, contrato com a minha matriz um empréstimo lá fora, trago esse empréstimo para cá, desvalorizo esses empréstimos todos os meses, com a desvalorização do cruzeiro e perco 45% de imposto no final do ano. Resultado; sobrou para o brasileiro pagar Imposto de Renda agora. Sinceramente, respondendo a sua pergunta, eu teria vergonha de pedir uma redução de tarifa. Se fosse 42 para 12, são 3 centavos de dólar, por quilowatt/hora; 30 milhões de dólares por quilowatt de prejuízo. Isso dá um prejuízo, quando a indústria de alumínio estiver na plenitude de sua forma, a ALUNORTE, de 300 milhões de dólares por ano, quer dizer, para a ELETRONORTE o que é profundamente lamentável e nós temos que corrigir? Acho que há maneira de corrigir, porque esses colossos que temos aí, a Vale do Rio Doce, a ALCOA, são empresas que amanhã podem gastar facilmente 150, 200 milhões de dólares. Quem já gastou 1 bilhão, 1 bilhão e 200 gasta mais 200 e completa o projeto, não fica pedindo esmolas ao Governo a vida inteira, sugando naturalmente um setor que podia ser rentável à economia brasileira.

A finalidade da indústria de Tucuruí não é apenas fornecer energia para a indústria de alumínio, é para fornecer àquela grande população que tem uma extensão nova, e que consome muito pouco. Se V. Ex<sup>a</sup> levar em consideração a Amazônia, Roraima, Amapá e Acre, esse enorme setor do Norte, consome apenas 5% do cimento do Brasil. Não existe civilização lá, porque cimento é para fazer casa, para fazer alguma coisa, é o começo da civilização, apenas temos um trabalho imenso a fazer nesse setor, e acho que Tucuruí podia representar isso; não concentrar demais e dar uma parte, quer dizer, vender uma parte, mas a preço justo. Se querem pagar muito bem, então pagam os 1 mil e 500 dólares, o que for. O que tiver lá na contabilidade de Tucuruí vende, da ALBRÁS e da ALUMAR, comprar a parte do setor energético e libera o Governo dessa loucura de fornecer energia a 12 milhões de dólares o quilowatt/hora, o que me parece extremamente irrazoável.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — É do conhecimento de V. S<sup>a</sup> que os atuais contratos de fornecimento do

Governo, há contida alguma cláusula que torne irreversível essa infeliz decisão?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Acho que não, quer dizer, isso foi um decreto baixado pelo Governo passado. Não foi no Governo Geisel. Onde diz o seguinte: que a energia do setor norte, seria 15% mais baixa do que a energia do Brasil, de uma maneira geral, até aí ia muito bem; e que a energia naturalmente, e é aí que entra o negócio, ela não devia ser mais do que 20% sobre o preço total do alumínio a preço internacional. Como o alumínio baixou de 1.500 para 970 dólares, veja o que aconteceu. Então, foi esta a jogada. Se naturalmente os Estados Unidos e o Japão ficarem mais do que nós na produção de alumínio, ou nós vamos produzir a nossa própria energia — e isso é preciso dizer aos Senhores, e eu até agradeço. Hoje a Companhia Brasileira de Alumínio em São Paulo não é uma contingência, porque a matéria-prima está lá perto, ela é tida como privilegiada. Por quê? Porque tem energia própria. Energia própria custou 35 anos de trabalho, nós fizemos sempre hidrelétricas pequenas, uma atrás da outra, e hoje eles dizem que somos privilegiados. Agora, só não é privilegiado quem não quer trabalhar. Agora, se amanhã o Governo desse a concessão, e eu ouvi o Senador Milton Cabral perguntando sobre esse tipo de propriedade; apenas citamos Tucuruí, por ser mais fácil no momento. Como nós temos 35%, a grosso modo, esses 200 milhões de Kw que estão no Norte, o senhor tem 70 milhões de Kw no Norte. Ora, se o senhor der 200 mil quilowatts não é nada. Dar 200 mil quilowatts de alumínio construa suas próprias usinas hidrelétricas. Não precisa nem ser Tucuruí. Dá apenas a concessão e digam: construam e não amolem mais a nossa paciência. Tratem de fazer um bom capital aqui dentro, e deixa o Governo produzir esse quilowatt com um preço maior. Para nós, somos privilegiados, porque gastamos até agora, de 1955 até 1985, nesses 30 anos, 310 milhões de dólares no setor hidrelétrico. Porque nós acreditamos na empresa. Agora, eu não tenho que pedir nenhum favor ao Governo, graças a Deus. Por quê? Pelo contrário, nós pagamos Imposto de Renda, nós temos que fazer o papel da empresa no Brasil, não peço quilowatt/hora e ainda pago Imposto de Renda, além de empregar.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Quando da inauguração de Tucuruí, a qual assistimos, uma das justificativas no momento é que havia aqueles grandes clientes. Dias depois, nós vimos o linhão funcionar às avessas — o linhão que nós nos referimos, o de Sobradinho, até Tucuruí e Belém.

Nós achamos que o Nordeste, máxime agora com esse grande atraso na construção das suas supridoras suplementares de energia elétrica, vai ser o grande cliente de Tucuruí durante muito tempo. De maneira que, com toda a sinceridade, a diferença — não vamos discutir quem fez essa concessão, o porquê dessa concessão, aqui já ouvimos em outras ocasiões o depoimento da Vale do Rio Doce que vai muitíssimo bem, segundo afirmam. V. Ex<sup>a</sup> ouviu o depoimento dos diretores de que ia muito bem. Não é favor não, é dádiva, porque 12 para 52 são 4 centavos de dólar.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Se forem 4 centavos de dólar, então o subsídio que a ELETRONORTE terá que dar para as indústrias de alumínio do norte, vai a 400 milhões de dólares. Eu tomei 300.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Mas evidenciou uma companhia reconhecidamente deficitária, uma companhia que tem dificuldades imensas, como a ELETRONORTE, é difícil se entender isso.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — É impossível de se entender, sinceramente eu não entendo.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Ele está altamente deficitário...  
Eu não sei se V. S<sup>a</sup> estava lá na inauguração...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Eu não fui, recebi até um convite para a inauguração, mas, sinceramente, isso me dói tanto, que eu não quis ir.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Mas lá nos foi apresentado que tudo estava muito bem, mas na parte referente às finanças do Governo teria que haver uma estruturação financeira conveniente, porque grande era o déficit e que tendia se avolumar justamente devido a essas magnanimidades. Já dito o que queríamos, passamos à segunda pergunta, que é muito mais interessante: a desdolarização.

Como V. S<sup>a</sup> sabe, fomos desde o tempo de Delfim Netto, da primeira vez...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Talvez a palavra seja "infeliz".

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Não, é essa mesmo, eu vou dizer a V. S<sup>a</sup> Desde àquela época que nos bateamos bastante quanto à dívida dessas estatais em dólares serem assumidas em termos de ações pela União, e depois preferenciais daria o destino. Com o ex-Presidente Figueiredo, novamente, como Vice-Líder do Governo para esses assuntos, escrevemos uma carta quando do 2.024, aproveitamos a ocasião para dar uma ajeitada na economia. Mas há — e aí vai a pergunta para V. S<sup>a</sup> a que atribui uma reação colossal a transformar as dívidas dessas estatais? Porque no fim o Governo paga.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — É tudo o Governo.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Tudo é embromável, é uma embromação, porque no fim eu não posso deixar de pagar. A que V. S<sup>a</sup> atribui essa reação colossal que existe, capitalizar essas companhias a troco das dívidas?

Eu gostaria de saber a opinião de V. S<sup>a</sup>

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Sinceramente, todos os dias eu pergunto a mim, por que essa reação?

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Que há reação, posso lhe dizer que há, porque estava lá dentro. Esse assunto não se fala. O que diz V. S<sup>a</sup>, com a sua experiência, qual o fulcro porque, sem ser repetitivo, no fim o Governo paga.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Claro, é dele, é o bolso direito brigando com o bolso esquerdo.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Por que razão eu não torno saneadas as finanças dessa companhia? V. S<sup>a</sup>, com a sua experiência de empresário, a que atribui isso?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — É uma coisa tão incompreensível que uso uma expressão muito simples: é o bolso direito brigando contra o bolso esquerdo, o Governo é o dono. Falta é raciocínio, bom senso no sentido de desvalorizar aquelas que, naturalmente, tenham possibilidade de exportar. Nós temos uma tecnologia boa, moderna. É uma judiação sucatearmos esse parque siderúrgico, do setor hidrelétrico. Sinceramente, não dá para compreender, a não ser dizendo que ou existe naturalmente um movimento no sentido de, através do mal funcionamento das estatais, criar uma instabilidade social na Nação, porque, naturalmente, com as estatais hoje produzindo 70% do PIB nacional, se amanhã a coisa for mal, nós estamos instalando um regime, talvez, não muito satisfatório para nós ou, então, é pura burrice. V. Ex<sup>a</sup> me desculpe falar assim. Eu acredito mais nessa segunda hipótese, porque no fundo é uma coisa quase calamitosa. Eu não entendo se V. Ex<sup>a</sup> tem ações, pode jogar ação rentável e no momento em que desvalorizá-las passa a dar lucro, e bom lucro. Sinceramente, se amanhã, ao invés de se ficar jogando em open-market, ficar jogando no overnight, em RDB, em CDB, em corrida de cavalo, em Loteria Esportiva e Loto, comprar ações preferenciais das empresas estatais desvalorizadas, talvez, seja o melhor rendimento do Brasil, porque elas são eficientes, elas poderão ser eficientes. Não entendo porque não

querem capitalizar. Honestamente, não entendo, está acima da minha capacidade de raciocinar.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mais incompreensível ainda, Dr. Ermírio, porque no momento nós estamos com uma siderurgia realmente up-to-date, mas isso à custa de investimentos colossais, à custa de empréstimos e daqui a pouco isso vira sucata.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — E esse é o meu grande receio, nos próximos cinco anos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Por que não saneamos essas companhias? Vê V. S., a base do Governo é capitalizá-las.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Exato. Eu não vejo nada de mal.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Porque ele não vai pagar?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Vai pagar. Mas se amanhã V. Ex. tiver recursos e quiser comprar ações preferenciais de uma empresa, nada impede.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Porque à medida que o Governo nos dá essa proeminência no mercado siderúrgico mundial, isso vai passar.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Sinceramente, acho que o Governo tem que capitalizar os setores siderúrgico, hidrelétrico e não mexer no setor de petróleo porque os investimentos ali são muito grandes, são enormes, não há a menor possibilidade de se pensar em privatizar a PETROBRÁS ou a própria Vale do Rio Doce, que é uma companhia monstruosa. Quem vai privatizar uma Vale do Rio Doce? Talvez pudesse haver jogadas internacionais.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Mas veja V. S., mesmo que o Governo se repugnasse a falar até uma palavra "privatização", ele capitalizava. No fim, Dr. Ermírio, isso ninguém, nem o Governo passado nem o atual, consegue explicar. No fim ele paga ou não paga?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Paga, tranquilo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — É como V. S. disse: é o bolso direito brigando com o bolso esquerdo. Por que, então, não limpamos as finanças dessa companhia? Depois teremos condições de modernizar todo esse equipamento à medida...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Perfeitamente, porque assim elas vão ter recursos, elas passam a ser rentáveis. Com o próprio lucro elas vão fazer isso. O meu receio é, e V. Ex. tocou exatamente no ponto central, se não se tomar uma solução, nos próximos cinco anos teremos, exatamente, um baque. O que hoje é moderno, será sucateado daqui a cinco anos. Esses cinco anos de relaxamento vão ser sucateados. Isso é urgentíssimo. Na minha opinião tinha que ser feita alguma coisa.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Estamos de pleno acordo.

Sr. Presidente, nos julgamos suficientemente esclarecidos pelo depoente, sobre os dois pontos. Apenas desejo chamar a atenção da Comissão e do nobre relator de que não se trata de querer privatizar coisa nenhuma. Esse é outro assunto. Acharmos que deve ser privatizado aquilo que o Governo não tem, que é dentro daquela sua justa medida de obrigação. Isto é outro assunto. Mas, aqui estamos nos batendo para que o Governo, que no fim é quem paga tudo, capitalize essas empresas, deixe-as saneadas, e elas, então, passem a viver com a up-to-date de sua técnica, que hoje possuem, não tenho a menor dúvida, serão prontamente rentáveis.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Sem dúvida alguma, tenho absoluta certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, em primeiro lugar, a exposição do Dr. Ermírio foi simples, adequa-

da, compreensiva e baseada nessa aritmética que falta a tanta gente. Primeiro Dr. Ermírio, os números que V. S. mostrou tem uma clareza meridiana. Não sei qual é o preço médio, hoje, da energia instalada nos Estados Unidos.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Para a indústria de alumínio, em termos de 25 milésimos de Kw/h.

O SR. JOSÉ LINS — V. S. acha que é compatível com o preço da instalação.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — O preço de Tucuruí hoje — e aí não posso tecer nenhuma crítica nesse sentido, porque não acompanhei — ele é bem mais alto. Sinceramente, o preço da energia, porque já estamos construindo a sétima usina hidroeétrica, nunca se saiu acima de 20 milésimos de dólares Kw/h. Nunca!

O SR. JOSÉ LINS — Significa que o preço médio está por 2,5 centavos o dólar.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Perfeitamente.

O SR. JOSÉ LINS — Durante algum tempo, se não me engano, e aqui gostaria de contar com a sua experiência para esclarecer, os Estados Unidos subsidiaram energia para alumínio ou, pelo menos, consideravam o excesso de energia como destinada a produção de alumínio. É verdade?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — É verdade. Havia um interesse naturalmente em se desenvolver antes da crise de 1973. Muitos países faziam isso. Por exemplo, um caso típico. Uma vez estive na Noruega, em 1967, procurando fazer um balanço do preço de energia e fui à Itália, fui à França, fui à Noruega e ninguém me dizia o preço de energia certo. Na Noruega um engenheiro, amigo nosso, me disse: "Antônio, esquece porque esses assuntos são tratados exatamente pela cúpula do Governo norueguês. Ele dá um subsídio assim de pacote. Se o Sr. vai exportar 200 mil toneladas de alumínio, se isso representar uma coisa assim de 300 bilhões de dólares, quer dizer, uma coisa enorme, então o Sr. tem uma energia 3 milésimos de dólar Kw/h, porque o governo perde de um lado, mas, em contrapartida, fica com um saldo na balança comercial muito grande". Aí é uma política de governo que no câmbio é mínimo.

A Noruega só tinha bacalhau e alumínio para exportar, então, ela tinha que tomar alguma providência nesse sentido.

O SR. JOSÉ LINS — Mais uma vez chego à conclusão de que V. S. é um homem de pensamento muito equilibrado. V. S. não é contra o subsídio, mas contra o exagero.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Exatamente, sou contra o exagero. O que o Senador Virgílio Távora falou é uma benesse.

O SR. JOSÉ LINS — Há dois pontos que me parecem importantes: o primeiro é esse exagerado custo da energia de Tucuruí. A impressão que tenho é que isso decorre de uma deficiência do esquema de programação de instalação e uso dessa energia. Isso, possivelmente, em termos de juros etc., encarece demais.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Há um mês, o Presidente da ELETOBRÁS me telefonou desesperado. Eu não sabia, confesso, que estivessem tão longe. No São Francisco, Xodó e Itaparica já estão com todas as máquinas compradas e ele disse: "se comesse hoje, a construção civil demoraria cinco anos".

O SR. JOSÉ LINS — Compradas antes da construção da barragem.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Então, V. Ex. vai me desculpar, mas tem alguma coisa errada na compra desse equipamento. Não cabe a mim analisar, mas há outro interesse qualquer na compra desse equipamento.

O SR. JOSÉ LINS — O que se diz é que o Governo precisava de dólares, negociou empréstimos...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Mas não pôde negociar...

O SR. JOSÉ LINS — ... antes que a construção civil fosse começada.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — E digo mais, eu posso analisar por São Paulo, porque faço parte do conselho da CESP, ELETROPAULISTA. DE FORÇA DE LUZ, o Governo passado nos levou quatro usinas. Nós temos Rossana, Taquaruçu, Porto Primavera e Três Irmãos. São quatro milhões e meio de quilowatts em andamento. A grande parte da maquinaria, podia ser fabricada no Brasil, não foi. Isso é um rolo compressor, passa pela CACEX, Banco do Brasil, ninguém reclama. Resultado, não há dinheiro para liberar essas máquinas das várias localidades que se encontram, pagando armazenagem enferrujando. Por quê? Porque naturalmente se fez uma compra precipitada.

Nessas sete usinas que construímos desde 1953, na primeira usina hidroeétrica até a Ponte de Comando é importada. Hoje importamos exclusivamente quase que uma chantagem emocional do fornecedor. Ele diz: "se não importar, nós não damos garantia. Mas esse montante importado não passa de 5% sobre o total do maquinário adquirido. Sinceramente, esses 5% poderiam ser fabricado aqui no Brasil. Não o fazemos porque se V. Ex. apertar demais dizem: "Neste caso, não dou garantia, a gente corre riscos". Mas, sinceramente, dava para fazer os 100%. Talvez, nem de uma maneira só sofisticada. Em vez de se colocar corrente contínua para fazer a ... (inaudível...)

Agora, não posso responder a sua pergunta, mas que houve um exagero fantástico na compra desse equipamento, houve. E V. Ex. vê que toda a vez que existe uma possibilidade de se construir uma usina hidroeétrica, a primeira coisa que se faz é alguém viajar para o exterior e comprar o equipamento todinho.

O SR. JOSÉ LINS — Realmente, a grande deficiência no País e no setor de programação, apesar de vivermos a época do planejamento ou, pelo menos, vivermos anteriormente. Mas isso tem acontecido não só em Tucuruí. A impressão que tenho é que essa falta de visão prospectiva é, realmente, uma das grandes causas na deficiência do nosso sistema econômico e que tem acarretado essas distorções a que V. S. se referiu. Isto é, para um custo de energia de mais de 55 centavos o dólar... (inaudível) há 1,2 centavo de dólar. É verdade que houve a questão da queda do preço internacional. De qualquer modo, parece que há realmente deficiência na área de programação.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Isso era decreto-lei. Acho que uma reestruturação poderia ser feita, com a compreensão de todos. Em se fazendo uma tonelada de alumínio/ano, se construir pelo menos 60%, 1 quilowatt, no mínimo, para cada tonelada de alumínio de energia própria, vamos cometer o erro, que o resto do mundo cometeu, inclusive, o Japão.

O SR. JOSÉ LINS — Vou fazer uma pergunta. Não sei se V. S. pode responder.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Essas empresas poderiam, mantendo a competitividade, mesmo no mercado externo, pagar um preço mais alto?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Acho que sim, pelo menos no preço atual. Todas as empresas, inclusive as empresas estrangeiras, trouxeram um alto endividamento para o Brasil. Lamentavelmente aquela dívida que não é capital de risco. Aí o Governo diz: é muito bem, vocês querem vir para o Brasil? Perfeito, vamos bater palmas, vamos até ajudar vocês. Agora, tragam capital de risco, nós não queremos mais empréstimos. Todo mundo tem um capital desse tamanho de 10% e 90%, e vem sob a forma de empréstimo para garantir o não pagamento do Imposto de Renda para o resto da vida.

Não culpo ninguém, culpo a nossa legislação que precisa ser modificada urgentemente. Se não favorece demais. Acho que há lugar para todo mundo, e também

poderíamos modificar um pouco essa legislação no sentido de evitar esta burla, porque qualquer contadorzinho sabe imediatamente que a melhor maneira de não pagar Imposto de Renda é contrair empréstimo. Geralmente, essas empresas sempre contraem empréstimos com a matriz. Se o juro é 12% põe 14, o Banco Central aceita tudo porque não está numa posição efetiva. No fim, com um empréstimo na matriz rendendo acima, naturalmente, das condições normais e a empresa no Brasil, que é uma empresa que realmente funciona muito bem, lucrativa, não paga um centavo do Imposto de Renda. Ainda tem todas as isenções regionais.

**O SR. JOSÉ LINS** — Independente disso, tenho a impressão de que V. S<sup>a</sup> mantém uma posição de muito equilíbrio com relação ao problema das estatais. V. S<sup>a</sup> acha que deve ser mantido pelo Governo aquilo que realmente é importante para a economia nacional, até sob o ponto de vista de segurança nacional. A questão da PETROBRÁS, e não seria, digamos, violentamente contra a continuação da Vale do Rio Doce e de outras empresas desse tipo. A própria TELEBRÁS.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Serviço público geralmente tem que ficar com o Governo.

**O SR. JOSÉ LINS** — O problema, portanto, é de eficiência e cumprimento de um papel que é importante para a economia nacional. Evidentemente a questão levantada hoje pela comunidade brasileira é no sentido de se estatizar ou desestatizar — o Sr. põe em um ponto de muito equilíbrio, isto é que deve ser estatizado. São as empresas que não são essenciais e que têm condições de ser repassadas para o setor privado, sem criar problemas para a própria área do setor privado.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Há lugar para todos. É só uma questão de bom senso.

**O SR. JOSÉ LINS** — De minha parte, Sr. Presidente, a contribuição do Sr. Antônio Ermírio de Moraes foi muito importante.

É um empresário de larga experiência e que se mostra extremamente equilibrado na análise desses problemas que são o objetivo desta Comissão.

Parabenizo S. S<sup>a</sup> pela contribuição que nos trouxe na apreciação deste problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Milton Cabral) — Com a palavra o Senador Cid Sampaio.

**O SR. CID SAMPAIO** — (Fora do microfone)...

De forma que não posso, como os outros, me vangloriar de ter ouvido V. S<sup>a</sup>

Não obstante, faço algumas observações, com relação ao que foi discutido por ocasião dos debates, na parte de alumínio.

Na realidade, como nas empresas que se associaram às empresas brasileiras, houve um acordo de acionistas, cujas decisões, relativas, inclusive, à exportação, são tomadas com o quorum não de 50%...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — De 75%.

**O SR. CID SAMPAIO** — ... e o Brasil resolver, e sim, com o quorum de 75%, portanto, obrigando a sempre estarmos de acordo com as grandes holding, com os grandes cartéis que mantêm o mercado internacional, é muito fácil baixar o preço do mercado internacional, quando o país que fornece energia assinou um contrato de 20% do preço.

Portanto, tudo isso foi uma coisa, nada mais nada menos, do que maquiada. Foi prevista e foi articulada para ser assim.

Como é que se assegura isso e dá o controle do preço ao outro? Evidentemente, se ele comprar ele baixa, porque não é ele que vai perder, quem vai perder é o Governo brasileiro.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — É claro.

**O SR. CID SAMPAIO** — Além do mais, na instalação de Tucuruí, no Norte do Brasil, todos os empreendimentos foram feitos com empréstimos, como V. S<sup>a</sup> salientou com precisão. Inclusive os empréstimos para as hidrelétricas. Sendo que a fábrica, com essa garantia

de valor de quilowatt, correspondia ao empréstimo fornecido ao nosso sócio multinacional, e a geração de energia, vendida a esse preço vil, ficou a encargo do Brasil.

Não podíamos deixar de errar. Foi prevista a fórmula. Gostaria de saber se realmente é este o seu ponto de vista, desde que não assisti a suas considerações.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — É verdade. Esses, os lances que V. Ex<sup>a</sup> citou sobre o acordo de acionistas, no caso da Mineração Rio do Norte, onde 56% do capital é nacional. A Vale do Rio Doce (inaudível) o alumínio, não mandamos nada. Qualquer atitude que tenha que ser tomada tem o seu com 75% de quorum. Pelo acordo de acionistas, — já se não me falha, já faz tanto tempo — não sei se é 75 ou 85%.

**O SR. CID SAMPAIO** — Tenho idéia de que são 75%. Tanto faz... Uma parcela a mais...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — São 75%. Isso nada mas é do que uma operação da própria lei das Sociedades Anônimas. Esse acordo de acionistas é um negócio que devia ser (inaudível). Afinal de contas, é uma maneira de se burlar a Lei das Sociedades Anônimas. Resultado 56%, naturalmente, de ações brasileiras não comandam coisa nenhuma na Mineração Rio do Norte. Por exemplo, na semana passada, houve uma reunião no Rio de Janeiro, que resultou em nada, uma guerra terrível, porque os sócios estrangeiros querem que se baixe o preço da bauxita. Então, o único empreendimento que realmente é rentável no Norte, no momento, a Mineração Rio do Norte, sofrendo a maior pressão possível e imaginável por parte dos sócios estrangeiros, no sentido de se baixar o preço de bauxita.

Dá a minha propositura de que se pegasse a Mineração Rio do Norte, que tem hoje dinheiro em caixa, e fizesse ela o desenvolvimento da ALUNORTE.

Em vez de exportarmos bauxita, talvez pudéssemos exportar alumínio. Em vez de exportar o material a 29 a tonelada se exporta um material a 290 a tonelada. Afinal de contas, a ALUNORTE já está aí. É uma questão só de pegar e tocar para frente. Talvez fosse uma propositura interessante de se levar adiante. Os Srs. chamar aqui alguém da Mineração Rio do Norte, alguém da Vale do Rio Doce, e fazer uma propositura neste sentido. Não há cabimento o Brasil possuir a terceira maior reserva de bauxita do Mundo e importar óxido de alumínio e exportar bauxita. Exportamos bauxita a 24 a tonelada e importamos óxido a 200. Tendo a terceira maior reserva de bauxita do Mundo. É absolutamente incompreensível. É a mesma coisa que aquele negócio da não capitalização das empresas estatais boas, Senador Virgílio Távora.

**O SR. CID SAMPAIO** — Outro assunto, e também só assisti aos debates, o ponto de vista do Senador Virgílio Távora é de desdolarização das empresas. Principalmente das empresas estatais. Ao meu ver, a desdolarização devia ser feita também nas empresas sadias, fossem elas quais fossem...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Nobre Senador, permita-me um aparte.

Eu tinha proposto a desvalorização — uma palavra um pouco atrevida, mas não vejo outra — realmente só para o setor que fosse extremamente deficiente. Então, tinha proposto que ela fosse feita no setor de hidroeletricidade, setor em que o Brasil tem conhecimentos técnicos, pode desenvolver bem 100% de toda a sua industrialização, e o setor siderúrgico no Brasil tem condições excepcionais de produzir aço a preço muito barato, capaz de exportar para o Mundo inteiro, uma vez desvalorizado. O esquema era este, para cada dólar que o Tesouro Nacional tivesse que pagar nesses dois setores, seria um piloto. Não quero dizer que seja tudo, por que não há cabeça que possa analisar todo o setor da economia nacional. O esquema seria este: para cada dólar que naturalmente o Tesouro Nacional fosse responsabilizado a pagar, ele recebia, ou uma entidade congênere do Governo, um dólar de ações preferenciais, para serem colocadas perante o grande público ou — quem sabe — até mesmo no estrangeiro. Amanhã V. Ex vai ao Chemical Bank, oferece, estão aqui 100 milhões de dólares da Companhia Siderúrgica

Nacional. Vocês querem trocar ou vocês preferem que o Brasil continue devendo a vocês?

**O SR. CID SAMPAIO** — Seria a única fórmula? O Brasil não está pagando capital de espécie nenhuma.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Não.

**O SR. CID SAMPAIO** — E não tem recursos sequer, às vezes, para pagar os juros dos serviços. Então, a única maneira de descapitalizar ou, por outra, de desdolarizar ou de pagar esses débitos, seria pagar com ações dessas empresas, ações preferenciais, que não interfeririam...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — E essas empresas, Senador, no momento em que elas fossem desdolarizadas, pelo fato de serem eficientes... Só não são eficientes, no momento, porque têm uma dívida que... Com toda a franqueza, se amanhã eu fosse um diretor de qualquer dessas empresas, tenho a certeza de que elas continuariam da mesma maneira, porque só um milagre poderá salvá-las, porque a dívida é de tal ordem que não há nenhum Cristo que consiga fazer. O pior é que essa dívida realmente reduz muito o patrimônio líquido. Pela Lei das Sociedades Anônimas nova, se é obrigado a reavaliar o ativo mensalmente. Então, o ativo imobilizado é reavaliado mensalmente, e o patrimônio líquido também.

A reavaliação do ativo imobilizado é jogado em lucro na conta de lucros e perdas, e a reavaliação do patrimônio líquido se joga em prejuízo. Resultado: todas essas companhias do Governo, e escutei isso de uma alta autoridade do Governo Sarney, dizendo que no ano que vem todas as empresas vão dar lucro. Disse: mas, professor, o Sr. está redondamente...

**O SR. CID SAMPAIO** — Vão dar lucros contábeis.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Participamos...

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Nem lucro contábil. Vai dar o lucro operacional. Contábil de uma aritmética que...

**O SR. CID SAMPAIO** — Pela Lei...

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Senador, o negócio é muito simples. Com esse endividamento total, todas as estatais passaram a ter uma redução no seu patrimônio líquido. Patrimônio líquido é ativo menos as dívidas. Esse imobilizado cresceu muito. Reavalia-se o ativo imobilizado e se joga isso em lucro, na conta lucros e perdas. Na conta lucros e perdas de balanço, joga-se em lucro a reavaliação do ativo imobilizado, e se joga em prejuízo a reavaliação do patrimônio líquido. Como ela é muito pequena, então o ativo imobilizado recebe uma reavaliação imensa em perdas e lucros. É o que se chama de lucro inflacionário. Agora, o que acontece com o lucro inflacionário? Vai-se pagar Imposto de Renda sobre um lançamento contábil que não se teve. No ano seguinte, a situação fica muito pior, porque se começa a pagar Imposto de Renda, uma coisa que não se teve, lançamento contábil.

**O SR. CID SAMPAIO** — (inaudível) que deve em dólar.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Sobre um orçamento contábil. Então, fica pior.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Ainda mais quando não se tem como pagar as suas dívidas.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — As autoridades do Governo, os assessores econômicos, garantem que elas vão ter lucros. Meu Deus do céu, isso é um equívoco brutal. É lucro no papel, lucro inflacionário. Vi gente querendo distribuir dividendos e gratificação de diretoria sobre lucro inflacionário. São coisas que precisam ser corrigidas. Nesse Conselho que eu estou, se têm dividendos e distribuição de gratificação de diretoria, vamos todos para o Caranderu. Caranderu é o presídio mais moderno que há em São Paulo. Não é possível que nós possamos chegar lá. Vocês estão raciocinando mal, é preciso saber ler balanço.

Como que se pode distribuir dividendos e gratificação de diretoria sobre um lucro inflacionário criado pela

nova Lei das Sociedade Anônimas? É apenas um levantamento contábil para equilíbrio de ativo e passivo.

O SR. CID SAMPAIO — Se o sistema tributário continuar o mesmo... Fiz um levantamento recente das quinhentas maiores empresas, cento e vinte não dão lucro, são as maiores, e inclusive as grandes multinacionais. Ou mudamos o sistema tributário, e passamos a taxar o patrimônio líquido, considerando o patrimônio líquido 10 milhões de dólares da matriz...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Perfeito.

O SR. CID SAMPAIO — Então, atingimos justamente a válvula pela qual elas estão sonogando Imposto de Renda.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Sonoga de maneira brutal o Imposto de Renda. Toda empresa estrangeira que vai bem, contrata um emprestimozinho lá fora.

O SR. — Deixa de pagar imposto.

O SR. — Deixa de pagar Imposto de Renda. Quem paga só a nacional, aqui.

O SR. — A única forma que me parece viável agora é taxar o patrimônio líquido, considerando patrimônio líquido o débito de matrizes ou...

O SR. — Aí nessa ocasião esse débito vai ser convertido em capital de risco.

O SR. — Exatamente.

O SR. — Aí está bom, aí está bem! Teremos igual.

O SR. — Resolvem as duas coisas.

O SR. — Resolve, porque é uma dívida externa que se tem. Dos 100 bilhões de dólares que estou informado — 70 é do Governo, 12 dos setores multinacionais, e 18 é do setor nacional. Mais ou menos essa conta que tenho, que me é chegada agora. Estatística no Brasil nem sempre é confiável.

O SR. — 70% do Governo.

O SR. — 70, do Governo; 12, multinacionais, e 18 é privado nacional. Mais ou menos é esta conta. Se amanhã quisermos baixar os 12 bilhões, fazendo com que esse pessoal entre com capital de risco, através do que o Sr. falou...

O SR. — Dentre as soluções tributárias financeiras, em relação ao valor crescente do dólar, que não pode continuar como está, mas que não pode deixar de ser, se o cruzeiro não parar de desvalorizar, creio que a desdolarização deveria ser, inclusive, no setor privado. Estamos matando o setor privado nacional. Quem deve em dólar não consegue pagar. Com essa desvalorização recente, com essas minidesvalorizações, sem (inaudível).

O SR. — Quando se entra com o setor privado já se vão criar problemas maiores. Eu faria...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Apenas deixar bem claro aqui que o termo desdolarização, por nós encampado, foi no sentido do aqui apresentado pelo Depoente. Não queremos, não estamos aqui pedindo desdolarização...

O SR. — De toda a economia.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — ...de toda a economia como um todo. Em suma, não estamos querendo socializar o prejuízo.

O SR. — A desdolarização, como um todo, só poderia ser feita de forma hábil, que transformasse realmente os débitos em dólares, em cruzeiros, em ações. Ações, das próprias empresas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Compreendo, Senador, mas o que acontece é o seguinte: tenho a impressão — agora só um sentimento — de que a poupança nacional não dá para tudo isso. Então, me parece que talvez poderíamos começar pelo

plano piloto, no setor pior da economia, que é, vamos dizer, o setor eficiente estatal. Depois, então, nós...

O SR. — Logicamente não poderia ser feito só de uma vez.

O SR. — Quando chega para o setor privado, por exemplo, temos um sem-número de empresas, as mais complicadas, é difícil. Aí todos queriam desvalorizar ao mesmo tempo. O País iria à falência, porque não tem recurso para isso.

O SR. — De toda maneira, quem paga os dólares é o País.

O SR. — É claro, e...

O SR. — Ou das privadas ou das estatais, quem paga os dólares é o País. De todo jeito, quase todos empréstimos são avalizados e, mesmo quando não o são, o País está pagando.

O SR. — É verdade.

O SR. — Portanto, tem que se procurar um artifício que permita transformar. No momento em que se conseguiu estancar a inflação, a desdolarização não passava a ser um processo oneroso. É complicado, mas para tudo isso tem que se buscar caminho.

O SR. — Estou de pleno acordo. Tem que se pensar em...

O SR. — Se não se for por caminhos artificiosos, não se chega lá. Pelas leis normais não se chega lá. De toda a maneira, os esclarecimentos dados no momento do debate e pouca parte que ouvi da sua exposição, realmente hoje coincidem com o ponto de vista de todos os brasileiros, essas estatais não podem realmente, essas estatais sadias, prósperas — são grandes empresas nacionais montadas com grande sacrifício — não podem continuar a ser expoliadas. Também é necessário que se corrijam aqueles negócios malfeitos que provocaram endividamento enorme também do País, e, como nas formas do alumínio, tiraram a possibilidade de ele se salvar, porque o débito contraído para fazer usinas elétricas e energia a esse preço nunca será pago, nem poderá ser pago.

O SR. — Jamais!

O SR. — Então, esses outros negócios também têm que ser revistos, sob pena de não se ter possibilidade de êxito. Queria também saber se esta é a sua opinião?

O SR. — Perfeito. Concordo integralmente com V. Ex.<sup>a</sup> Ou vamos rever essa tarifação ou, então, o setor hidroelétrico do norte do Brasil estará fadado, realmente, a desaparecer. Não é possível se da de 300 a 400 milhões de dólares por ano de subsídios à usina que no norte está sendo implantada. Não temos dinheiro para isso.

O SR. — E nós mesmos não usamos, porque não estamos reduzindo a bauxita. A bauxita (inaudível) nacional.

O SR. — Estamos favorecendo. O pior, as empresas produtoras de alumínio — temos duas empresas, a primeira e a segunda maiores produtoras do mundo — eles vão fornecer para suas matrizes lá fora. Lá fora, o preço do alumínio nos Estados Unidos, no Japão ou na Alemanha está elevado, continua elevado. O sujeito ganha na transformação, não ganha...

O SR. — O preço internacional é que é baixo.

O SR. — É baixo para comprar. Agora preço de mercado ao consumidor é...

O SR. — Então, o parabenizo também pela exposição. Lamento não ter podido estar aqui desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Com a palavra o Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Só uma observação.

A solução apresentada pelo nobre Relator é perfeita. Perfeita do ponto de vista da racionalidade e do ponto de vista da economia. E quanto à questão do repasse

da dívida, claro, já é Governo, fica com o Governo. Mas me parece que o grande problema, aí, é quanto à colocação destas ações. Passa a ser um problema, político. Quer dizer, internamente, não é fácil a economia nacional absorver um volume tão grande desse de ações. E, do ponto de vista, internacional, eu tenho a impressão que o problema político pode, realmente, sofrer alguma restrição, e o Congresso é realmente muito sensível a essa postura.

O SR. — Digo mais, Senador, existe eu não sei, mas o que a gente escuta falar...

O SR. — O Governo fica com ela.

O SR. JOSÉ LINS — Mas aí não resolve o problema da dívida nacional.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — (Sem microfone.)

O SR. — Mas ele vai colocando devagar. Quer dizer, não acredito que ele possa colocar imediatamente todas. Mas, eu, sinceramente, eu não sei, porque eu não quero participar desse tipo de raciocínio, mas dizem que no Brasil existe um (inaudível) dizem que em Nova York tem cerca de 20 a 30 bilhões de dólares de dinheiro depositado em nome de brasileiros. Eu não sei o que existe, não quero entrar nesse mérito. Mas quem sabe que seria até uma maneira de repatriar esse dinheiro. Os Srs. que são os homens que estão aí no Legislativo, dão até uma certa vantagem para reintegrar esse dinheiro para estimular a poupança nacional. Eu não participo, mas o que eu escuto falar quanto, às dificuldades... Mas o fato é: se amanhã o negócio for bom, eu tenho a impressão que automaticamente ele vem para cá.

O SR. — Poderia ser comprado com o dinheiro sem origem.

O SR. — Alguma coisa, Senador Cid Sampaio, tem que ser feita.

O SR. JOSÉ LINS — Já há até quem sugira que o Governo devia receber depósito em dólar para pagar juros em dólar, por mais modesto que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Encerradas as inscrições, eu vou passar a palavra ao Sr. Relator. Antes, porém, queria comunicar ao Senador Virgílio Távora que a sua observação está registrada nos gravadores sobre a desdolarização. Antes do Sr. Relator fazer as suas perguntas, eu vou suspender esta reunião por 3 minutos.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral) — Está reaberta a reunião.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Dr. Antônio Ermírio de Moraes, disse certa vez o escritor Ariano Suassuna que "A brevidade é a cortesia dos sábios."

Assim foi a exposição de V. S.<sup>a</sup>: breve, clara e rica de informações, muito provocadora para o debate.

Eu gostaria de colocar algumas questões, em primeiro lugar, com relação à questão do alumínio. No curso dos depoimentos, e mesmo antes deles, eu ia tendo assim a impressão de que o Brasil tinha caído numa armadilha, com relação aos grandes projetos de alumínio do Norte, ou melhor, tinha até construído uma armadilha, com assessoria externa, e pulado dentro dessa armadilha.

O depoimento de V. S.<sup>a</sup> enriquece esse tipo de interpretação.

Na medida em que, por exemplo, no caso da ALBRÁS, o Brasil se associa com 51% com um grupo japonês, que na verdade é o próprio Governo Japonês, quer dizer, é uma iniciativa japonesa, do interesse nacional do Japão, faz um acordo de acionistas em que, na verdade, perde o seu poder de decisão. Isto também não é exceção. Porque todos esses empreendimentos em que o Governo brasileiro participa com 51%, para até fazer um discurso público de que tem o controle sobre a vida dessas empresas, na verdade, todos eles são enriquecidos com acordo de acionistas que retiram a nossa independência com relação às decisões, ou, na pior das hipóteses, oferecem à parte estrangeira o

direito de veto, e que inviabilizaria a operação, na medida em que não estivéssemos de acordo com eles.

Nessa associação, essa empresa passa a receber energia elétrica por um preço esportulado, quer dizer, um enorme subsídio. Então, a minha primeira pergunta: na medida em que as coisas ocorrem dessa maneira, o Brasil, subsidiando a produção da alumina, no nível em que subsidia, com a tarifa de energia elétrica, estaria, também subsidiando o Tesouro japonês?

**OSR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Com um ponto ainda mais grave. Não tenho absolutamente esse contrato em mãos, mas o que se escuta falar é de que o contrato feito entre ALBRÁS e os japoneses garantia aos japoneses a entrega de alumina com um desconto de 5% sobre o London Metal Exchange, LMI. Então, o negócio é pior ainda, Senador Severo Gomes. Não se trata de vender alumina, trata-se de doar alumina. Evidentemente que o japonês deve estar rindo de orelha a orelha, porque realmente esse era o melhor negócio do mundo. É um grande sorriso japonês às custas do nosso pobre Brasil.

Aliás, declarei isso quando fomos visitados pelo príncipe japonês, no Governo Ernesto Geisel, naquela mesma ocasião eu disse que era lamentável que esse príncipe japonês, aliás, toda vez que vem alguém da realeza para o Brasil, tomem cuidado, quando a Rainha Elizabeth veio ao Brasil nos vendeu a Ponte Rio-Niterói, que foi começo da desgraça brasileira a Ferrovia do Aço e a Aço minas. Estão aí estes 3 empreendimentos que nos custaram mais de 12 bilhões de dólares que não renderam nada para o Brasil, até hoje.

Quando o Príncipe Hirofuto veio ao Brasil, naquela mesma ocasião dei uma entrevista ao *Jornal do Brasil* dizendo que era uma vergonha o Brasil subsidiando, quando o preço do quilowate era muito mais barato do que realmente a média do mundo. Era o pobre subsidiando o rico.

Naquela ocasião, o Ministro Mário Henrique Simonsen me telefonou, telefonou o Ministro Ângelo Calmon de Sá, telefonou o João Paulo Reis Velloso, dizendo que o Presidente Geisel estava zangado comigo, que era um negócio não muito oportuno, com uma visita imperial darmos uma declaração daquelas. Mas estão aí os fatos. O que aconteceu? Nada mais nada menos do que o subsídio do pobre ao rico. Desta vez, o japonês levou a melhor.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — E as coisas também acontecem ao contrário, quando o Brasil visita o Japão. Porque quando o Brasil visitou o Japão pagou o prejuízo do Banco de Tóquio que tinha se associado ao Grupo do Banco Halles, e, portanto, tinha que apurar os prejuízos, na medida em que tinha se associado a um aventureiro, mas imaginava realizar lucros enormes. Não os realizou, e o Brasil pagou o prejuízo do Banco de Tóquio na visita que o Brasil fez ao Japão. Da mesma maneira com que pagou o velho contencioso do Banco Hipotecário de Minas Gerais, na visita à França.

Os japoneses têm direito a comprar 49% da produção, pelos preços do mercado com esse tipo de abatimento.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — O que me disseram, é que o tipo de abatimento é conhecido no meio produtor de alumina, de que o Japão só comprará com 5% de desconto, e que está tudo a palavrado, escrito. Não sei, porque não conheço, nunca tive acesso a este tipo de contrato. Mas é o que se fala abertamente. E essa tese de 5% vem sendo defendida pela ALCOA, também, que, por sua vez queria aderir o mesmo tipo de contrato. Por que vender ao LMI? E por que não vender ao LMI, com menos 5%?

Nessa ocasião, dei uma nova entrevista aos jornais, chamando a atenção da CACEX dizendo que isso é espolição. Afinal de contas, estamos construindo, ninguém tem esse capital de risco, o capital vem todo emprestado, na hora de vender a mercadoria, que já caiu de 1500 para 970 dólares, você ainda quer mais 5% de desconto sobre a LMI? É realmente, a situação de dizer ao Sujeito: apanhe Laranja. Vamos precisar tomar cuidado, porque estão tirando a nossa laranja e vamos ficar só com o pão, e olhe lá.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** — Uma sugestão, Sr. Presidente. Justamente, a Comissão solicitar do Poder Executivo a cópia destes dois contratos. Já que ele é partícipe.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral)** — A Presidência da Comissão fará o encaminhamento da solicitação de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Quando estive aqui o Presidente da ALBRÁS, fizemos indagações neste sentido a S. S<sup>a</sup>, então, respondeu dizendo que com os preços hoje baixos do mercado internacional a ALBRÁS poderia ter prejuízo, mas a parte japonesa cobriria o que lhe correspondia.

Ora, o prejuízo maior não é da ALBRÁS, mas da ELETRONORTE. Quer dizer, não está cobrindo prejuízo nenhum, está recebendo uma dádiva, uma coisa que não tem sentido.

A outra afirmação do Presidente da ALBRÁS, que gostaria de conferir com V. S<sup>a</sup>, é a de que esse tipo de tarifa era a que era praticada na maioria dos países do mundo, todas as usinas produtoras de alumina pagavam esse tipo de tarifa, no Canadá, em outros lugares.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Absolutamente. Evidentemente, há algumas exceções, quer dizer, aí depende. A Noruega é uma exceção, mas o próprio Governo norueguês (inaudível) um grande número de empresas produtora de alumina. Há uma exceção no Canadá agora, que este é um grande projeto chamado projeto do Rio Grande, onde estão oferecendo, aparentemente, energia a 6 milhões dólares o Kw/h. Agora, eu não sei: é um subsídio que eles querem dar lá para atrair, naturalmente, a produção de alumina para o Canadá, mas o resto do mundo, com exceção, a não ser que haja um ou outro país subdesenvolvido nas mesmas condições do Brasil, etc., mas normalmente as tarifas para o mundo inteiro, Europa, Estados Unidos e que se tem notícia, inclusive, que os países da Cortina de Ferro o Kw/h está em torno de 25 milhões de dólares o kw/h.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Cabral)** — Somente uma pequena intervenção.

Dr. Antônio, V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de que, naquela ocasião, quando o Governo brasileiro decidiu favorecer essas empresas, não havia um disputa no Terceiro Mundo para localizar, sediar esses empreendimentos? Isso talvez não pesou na decisão de favorecer com esses preços?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Senador Milton Cabral, desconfio muito dessas pressões. O mesmo tipo de pressão o Brasil sofreu para instalar, tive discussões homéricas com o Senador Virgílio Távora, então Governador, para instalar o programa nuclear brasileiro, porque eu achava que o Brasil devia instalar uma ou duas usinas, para efeitos acadêmicos, tomar conhecimento do átomo, etc. mas não se empenhar com esse montante todinho. Porque a pressão era a mesma, quer dizer, o Brasil não tinha um potencial hidrelétrico. A curva dos economista, desculpem-me os economistas, mas em termos de matemática esses que estavam no Governo Geisel conheciam pouco, eles davam realmente que no ano 2000 o Brasil estaria com seu potencial hidrelétrico completamente liquidado. Vamos chegar no ano 2000 aproveitando no máximo 50% de potencial hidrelétrico brasileiro. Porque, para desenvolvermos o setor hidrelétrico brasileiro, a cada ano, na base de 5%, se instalar praticamente um Tucuruí por ano, vamos gastar entre geração e distribuição 7 bilhões de dólares por ano. E onde vamos buscar recursos só para o setor hidrelétrico? E sempre que existe esse tipo de pressão, sinceramente, preciso localizar a pressão para responder a V. Ex com sinceridade. Então, se diz: há uma pressão, o sujeito vai produzir alumina em Zâmbia. Espere lá. Quer dizer, a África tem um potencial hidrelétrico monstruoso, mas quem vai para a África? A estabilidade política na África não permite que ninguém mais vá produzir alumina na África. Eles fizeram uma tentativa no passado, na década de 50, 60 instalaram lá algumas fábricas grandes. No Camerun, a empresa que instalou uma fábrica para

produzir 200 mil toneladas de alumina por ano hoje está extremamente arrependido.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — De qualquer maneira, se existisse essa competição, seria competição para quem faz a doação em melhores condições.

A parte japonesa detém, hoje, 49%, com investimentos de risco, 110 milhões de dólares, que é uma pequena fração do investimento global. O restante, os investimentos foram feitos com financiamentos, uma grande parte, japonesa, mas todas com garantia do Governo brasileiro. Eles já estão tendo o rendimento...

**O SR. ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES** — Suppliers credits. Quer dizer, o japonês forneceu muito equipamento para isso.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Mais vantagens ainda, não é?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Essa é a grande vantagem: eles forneceram equipamento para a indústria.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Possivelmente esses 110 milhões de dólares já foram pagos, há muito tempo. Quer dizer, temos um sócio que já foi pago, que detém, hoje, uma capacidade de comando, de veto, dentro da empresa, e que recebe 49% do alumina pelo preço que esses grupos conseguem manipular o mercado internacional. Isto é muito comum.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Manipulado, hoje, no momento que esses japoneses são os maiores manipuladores de empresas de alumina no mundo. Meu medo é que amanhã irão se associar aos Estados da América e aí fica uma coisa absolutamente impossível de quebrar essa barreira.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Vem uma outra pergunta: esses dois grandes projeto brasileiros não estariam oferecendo, a curto prazo mesmo, mas a médio prazo, com mais peso, um efeito depressivo sobre preço do mercado do alumina?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Acho que, em parte, sim, mas acho que é preciso lembrar que existem outros projetos desenvolvidos em países subdesenvolvidos com condições mais ou menos análogas a essa.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — É um esforço comum, então?

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — É. É uma técnica, completando a pergunta do Senador Milton Cabral. Essa pressão é muito comum, ela é coordenada. Então, aparece em um dado momento, num determinado ano, num determinado semestre, aparecem por exemplo, 4 projetos de alumina para fazer cada um 300 mil toneladas de alumina. Então, vou ameaçar de ir para a Zâmbia, outro vai para África do Sul, outro vai para o Camerun República dos Camarões outro vai para a Venezuela, e a coisa realmente começa. Os países subdesenvolvidos que não têm, naturalmente, uma maturidade maior, a disputar historicamente uma coisa que foi apenas teórica. Foi lançada com uma única exclusividade de derrubar o preço de matérias-primas. É um negócio tecnicamente bem feito. Não culpo, naturalmente, os desenvolvidos, mas culpo nós, os subdesenvolvidos.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Eles são muito competentes.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Ah! São competentes. Quanto a isso não tenha a menor dúvida, nobre Senador.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** - De tudo isso, o que se poderia concluir é de que um projeto como o ALBRÁS, em parte, o Brasil está subsidiando o tesouro japonês; e, de outro lado, a ELETRONORTE, que é deficitária, está subsidiando a Vale do Rio Doce, que é superavitária.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Verdade, é isso. V. Ex<sup>a</sup> definiu com clareza todo o esquema.

**O SR. RELATOR (Severo Gomes)** — Na medida em que há esses acordos para a venda de alumina

a esse preço, estaria, vamos dizer, congelada uma situação em que é impossível uma outra empresa, em condições normais, se instalar na região para produzir alumínio?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — É claro.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Consolida-se um oligopólio perpétuo, não é?

V. S<sup>a</sup> poderia informar, se nos meandros dessas portarias do Ministério das Minas e Energia e dos contratos de fornecimento da ELETRONORTE, haveria condições de corrigir a distorção tarifária?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Acho que sim. É uma questão que cabe aos Senhores, que são legisladores, aliás o senador Virgílio Távora pediu. Seria interessante que se voltasse atrás, as portarias são de domínio público. E pensar chamar todos aqui, quer dizer, um por um, porque realmente não é possível que o Brasil tenha que dar trezentos ou quatrocentos milhões de dólares subsídios só para o setor da indústria do alumínio. Não vejo nenhuma razão para isso, sinceramente. E é preciso corrigir, como também é necessário corrigir, Senador Severo Gomes — insisto naquilo que, o Senador Cid Sampaio falou — seria o caso de taxar inclusive esses empréstimos, porque é preciso acabar com essa burla. Quer dizer, queremos que a multinacional venha para o Brasil, não sou xenófobo, não. Muito bem, quer colaborar? Venha, mas venha com capital de risco. Com empréstimo não. Venha com capital de risco. A técnica é essa: venho com 10% de capital, 90% de capital de risco. Na hora em que a empresa vai bem, deprecio todo e acabo não pagando imposto de renda. O Brasil não pode financiar naturalmente gente muito mais rica do que nós. O subsídio do pobre para o rico é um incoerência.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mesmo porque se não houver uma possibilidade dessa correção, no futuro, se poderá dizer que essa geração de brasileiros construiu uma usina, como a de Tucuruí, para subsidiar os países ricos, comprando alumínio abaixo do custo.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Mas é verdade!

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mas, a presença de V. S<sup>a</sup> aqui, certamente, será muito útil para a indagação, com relação a algumas questões, que aqui foram colocadas, que a sua experiência como grande empresário poderia ajudar num esclarecimento. Tivemos aqui alguns depoimentos de pessoas ligadas à Vale do Rio Doce, que evidentemente fizeram discurso de ofício. E há uma grande questão que sempre ficou sem resposta: É de que hoje na contabilidade da Vale do Rio Doce, seu patrimônio está avaliado ou inscrito em torno de 2 bilhões e 400 bilhões de dólares. E a nossa indagação era: Qual seria o verdadeiro patrimônio da Vale do Rio Doce? É claro que há muitas coisas difíceis de serem avaliadas, mas uma idéia de grandeza, ou pelo menos, para estabelecer uma relação entre o que está contabilizado e a verdade do patrimônio da maior empresa mineradora do mundo é que tivemos uma enorme dificuldade. Imagino que V. S<sup>a</sup> também terá dificuldade para avaliar o patrimônio da Vale do Rio Doce. Mas, pelo menos, para não dar uma idéia de grandeza dessa relação entre o que é contabilizado e a dimensão do patrimônio da Vale do Rio Doce, que tem um enorme significado para o nosso futuro, mas para as gerações, que virão e para uma política mineral independente, que seja realizada, esperamos, no futuro a serviço do povo brasileiro.

V. S<sup>a</sup> poderia dar uma idéia, só pra fazer uma comparação? Antes da sua resposta, alguns meses atrás se nós avaliássemos o valor das ações da Paranapanema no mercado, famos verificar que a Paranapanema valia muito mais do que a Vale do Rio Doce, poque somado bolsa — o que parece uma coisa inverossímil —, que uma empresa como a Paranapanema pudesse ter o conjunto das suas ações cotadas na bolsa de valor muito superior a da Vale do Rio Doce.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Em primeiro lugar, Ministro Severo Gomes, tenho impres-

são, pelo jogo de números, de que um patrimônio da Vale do Rio Doce é muito superior a 2 bilhões e 400 milhões de dólares, evidente que é muito superior.

Veja bem, o seguinte: Todas essas reservas minerais não são quantificadas. Então, a Vale do Rio Doce deve ter em seu poder, seguramente, de 800 milhões a 1 bilhão de toneladas de bauxita, tranqüilamente, entre Paragominas e Mineração Rio do Norte, isso jamais foi contabilizado.

O SR. JOSÉ LINS — Queria fazer uma interferência, Sr. Presidente.

O SR. MILTON CABRAL — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — É que, a meu ver as jazidas não devem ser consideradas patrimônio das empresas, porque, então, iríamos distribuir com os pobres acionistas um bem nacional que, pela própria Constituição, cede-se apenas o direito de exploração.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — V. Ex<sup>a</sup> veja o seguinte: Então, uma das coisas que...

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Elas são distribuídas sem pagamento...

O SR. JOSÉ LINS — Isso não invalida a pergunta.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Uma das sérias preocupações que tenho, Senador, foi exatamente bom tocar nesse assunto, é exatamente essa, porque, pelo código do Departamento da Produção Mineral do Brasil, não se limita, por exemplo, total de minério de uma determinada empresa precisa para o seu bem-estar. Então, o que acontece é o seguinte: amanhã, o nosso subsolo está totalmente a mercê dos espertos. Então, o que acontece é o seguinte: se, amanhã, sou um produtor de alumínio, produzo 200 mil toneladas por ano, que representa 1 bilhão de toneladas de bauxita. Se o Governo me der para trinta anos, se renováveis, como é a própria concessão do setor hidroelétrico, depois de trinta anos e renova-se naturalmente. Também participo do mesmo princípio do Senhor, quer dizer, a uma concessão mineral, não é a nossa propriedade, o Governo apenas nos cede para que nós possamos transformar esse bem mineral numa coisa útil. Mas, se, amanhã, eu fracassar, até nessa Comissão pré-Constituinte coloquei um ponto nesse sentido, se, amanhã, depois de cinco anos, prorrogáveis, no máximo, por mais uns cinco anos, se, em dez anos fracassar, acho que esse bem mineral deve ser devolvido ao Governo, sem qualquer ônus para o Governo Nacional. Pego, por exemplo, uma jazida. Então, desenvolvo essa jazida e, por qualquer motivo, isso é muito comum, inclusive, na multinacional, ela amarra a jazida, não desenvolve projeto algum e, na hora que o senhor quiser naturalmente procurar determinada jazida para tentar fazer um plano de desenvolvimento, o senhor vai ao DNPM, e diz: muito bem essas jazidas, fulano de tal já gastou 7 milhões de dólares nessa jazida e se o Senhor não cobrir os 7 milhões de dólares, não há nada que fazer. Afinal de contas o Governo apenas empresta para o Senhor realizar um estudo e desenvolver. Se, amanhã, o senhor colocou o seu capital e não deu certo, devolva para o Governo sem nenhum direito à indenização, porque essa indenização é a maneira dele amarrar para o resto da vida.

Aqui, perto de Brasília, temos um caso desse, caso notório. A maior jazida, não vou dar o nome aos bois, uma das maiores jazidas de níquel no Brasil está nessas condições. Não é ninguém que consiga pôr a mão nessa jazida porque eles já gastaram 7 milhões de dólares nessa jazida e esta jazida realmente não vai jamais ser mudada de dono, porque daqui a vinte anos vão resolver fazer níquel no Brasil, quando quiserem. Então, é o negócio que não tem cabimento. Deve-se limitar a quantidade para um determinado número de anos e se, por acaso, o senhor receber e fracassar, o senhor devolve ao Governo sem nenhum custo para o Governo. Afinal de contas o Governo apenas emprestou aos senhores. Isso não é bilhete de loteria, nem nada. Emprestando. Se o senhor fracassou, devolve ao Governo. Ele vai dar realmente a quem tiver competência para industrializar.

O SR. JORGE KALUME — Permite-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Pois não.

O SR. JORGE KALUME — Não me admiro de quem é beneficiado.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Como?

O SR. JORGE KALUME — Não me admiro de quem é beneficiado. A minha surpresa está em quem cede. É uma prova de imaturidade, de fragilidade, de desconhecimento de assunto comercial.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Eu limitaria a um determinado número de anos. Coloquei nessa pré-Constituinte.

O SR. JORGE KALUME — E o assunto é tão primário, como o Sr. acaba de explicar, que chama atenção à primeira vista. Já sabia disto.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — O Sr. veja o número de companhias que são criadas, limitadas, porque a extração de alumínio, hoje, é muito caro. Então, acho que a Vale do Rio Doce, deve haver umas cem companhias ou mais de companhias limitadas, apenas para requerer naturalmente áreas de pesquisa e larva. Agora, muito bem, ainda é o Governo brasileiro, etc, e os outros que não pertencem ao Governo Brasileiro que vem aqui com outras intenções.

O SR. JORGE KALUME — Um exemplo disto foi o exemplo de Jari. As jazidas de Jari, as jazidas de bauxita, foi indenizada. Paga com recursos emprestados pelo Governo Brasileiro usando até subsídios da SUDENE e da SUDAM, indenizando os valores gastos nas jazidas. Elas foram vendidas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Essas jazidas de Jari, quer dizer. O pior ainda Senador, V. Ex<sup>a</sup> quer ver uma coisa? Por acaso conheço o detalhe, porque tenho a escritura comigo por ter me interessado. Naquela ocasião procurei o Governo Brasileiro para dizer o seguinte: as jazidas de bauxita de Jari, que são adjacentes às jazidas da Mineração do Rio do Norte, e eles tinham o projeto de fazer uma mineração com mais 30 Km de estrada e um outro porto, 50 Km ao norte de Trombetas. Então, fui ao Governo naquela ocasião e disse: "Olha isso aqui é um absurdo, quer dizer fazer um outro porto aqui a 50 Km norte, quer dizer, naturalmente de Trombetas, mas 30 Km de estrada de Ferro quando já existe isso. Então, vamos fazer diferente. O Jari vai anexar a Vale do Rio Doce, a Mineração Rio do Norte que tem a maioria... anexa jazidas e ALCOA pode até entrar como sócia da Mineração do Rio do Norte, evitando que se faça dois desenvolvimentos, um paralelo ao outro, sem razão de ser — e fortalecendo a Mineração Rio do Norte. O Governo achou ótimo e fez exatamente o contrário. Então, fui buscar a escritura da São Patrício, que é o nome da mineradora do Sr. Ludwig, que estava avaliada, naquela ocasião, em 400 milhões de toneladas de bauxita. Pois muito bem, na escritura, que cede à Alcoa, essas jazidas de bauxita está contando o seguinte: a Alcoa pagará ao Sr. Ludwig no dia em que se beneficiar ou se utilizar desse minério. Pergunto o seguinte: Até hoje não foi feito nada, o Sr. acho que o Sr. Ludwig devia sair do Brasil e vender cash, essas jazidas de bauxita? Quer dizer que, automaticamente, tenho certeza que Pittsburg já pagou em Nova Iorque. Agora o Governo Brasileiro ficou a ver navios nesse negócio. Não viu nada. Então, esse negócio de subsolo precisa mudar, não é possível que o Brasil seja...

O SR. JORGE KALUME — O Brasil deu uma concessão inegociável.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Negociável. Não deram a menor satisfação, acabou e ponto final. Agora isso não é possível que num País como o Brasil isso ainda ocorra nos dias de hoje. Entendeu qual foi a ponte? Não ia tocar nesse assunto, pois é indelicado. Espero que os Srs., por favor, mantenham uma certa reserva sobre isso. Mas, acho isso uma coisa brasileira.

O SR. JORGE KALUME — Fui eu quem comecei.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Vou pedir aos Srs. o seguinte: Isso é um assunto que amanhã

pode dar muita celeuma, tenho essas escrituras, o pessoal do Jornal do Brasil está cansado de saber isso. Já dei cobertura a eles nesse sentido. É uma coisa lamentável, porque não me passa pela cabeça que o Sr. Ludwig, que já vendeu essas ações há quatro anos atrás, vá receber no ano 2.000, ele que é um homem que tem 90 anos de idade e má saúde, vá receber no Ano 2.000 o valor do faturamento, quando, naturalmente a Alcoa vier a utilizar essa bauxita. Então, é um negócio que não tem cabimento, ele recebeu cash, em Nova Iorque; ponto final e o Governo brasileiro ficou a ver navios.

O SR. JORGE KALUME — Isto me faz lembrar aquela regra: 2 mais 2 igual a 4 para pagar e 22 para receber.

O SR. SEVERO GOMES — Dr. Antônio Ermírio, V. S.ª tem notícia de quando houve essa operação de venda da jazida do Jari de que havia prescrição no direito de lavra e que ele foi renovado para que pudesse ser realizada a operação?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Houve sim. Evidentemente, naquela ocasião, V. Ex.ª sabem perfeitamente bem que a pesquisa das jazidas está em nome de uma grande autoridade do Governo, um Professor, um Assessor do Planalto. Os Srs. sabem disto.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Mas, V. S.ª poderia dizer porque, afinal de contas, nós estamos investigando isto.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Perfeitamente — é o Sr. Heitor de Aquino — Professor Heitor de Aquino.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Que, aliás, foi Diretor depois da empresa Jari.

Lembro-me que, há algum tempo atrás, estive no Hotel Mackoud, assistindo um filme a respeito da sua empresa e que mostrava as hidroelétricas e todo o processo produtivo, estando ao meu lado o então Secretário do CONSIDER, Dr. Aloisio Marin. S. S.ª, então, fazia esse comentário: O Sr. veja: o empresário nacional tem que construir a sua usina hidroelétrica ou pagar uma tarifa por uma determinada porcentagem e, no entanto, no Norte, as coisas ocorrem da maneira como estão ocorrendo — ao contrário, nós fazemos doação ao Tesouro Nacional japonês, nós fazemos doação para essas empresas, à custa do trabalho do povo brasileiro, porque uma obra como a de Tucuruí, custou e continua custando um enorme sacrifício para beneficiar a quem? Mas, voltando àquela primeira observação a respeito do valor da Vale — da comparação com a cotação em bolsa das ações da Parapanema, eu tocara num ponto que é dos mais importantes na Comissão Parlamentar e Inquérito e que a sua experiência, certamente, poderá trazer uma colaboração importante. Trata-se do lançamento de debêntures conversíveis por parte da Companhia Vale do Rio Doce. A uma certa altura, houve autorização para o lançamento de equivalente a 250 milhões de dólares — debêntures conversíveis. Se essas debêntures estivessem sido lançadas totalmente, certamente o Tesouro já teria perdido o controle acionário sobre a Vale do Rio Doce mas, quando chegou na altura de 181 milhões de dólares, houve uma série de medidas e creio que até a origem dessas medidas está em alerta no Conselho Nacional, o Tesouro, se não me engano, recomprou o equivalente a 20 milhões de dólares e com os 161 milhões de dólares convertidos, a Vale do Rio Doce chegou no limite. Se não fosse as ações na mão do BNDE, ela teria perdido o controle — ela estava com 49,3. Aí, nós temos duas questões: uma, a de que isto, evidentemente, incluiu um propósito de privatização e um depoimento, aqui, de um dos Diretores da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Cordeiro de Farias, foi muito claro — o de que o propósito explícito da direção da Vale e dos Ministros da área econômica da época era de privatizar. Aí, nós temos duas questões — a primeira, a conveniência de privatizar uma empresa como a Vale do Rio Doce e a segunda, se atendermos para o fato de que essas debêntures representam apenas 5% dos investimentos que foram feitos para a construção da estrada de ferro de Carajás,

eu perguntaria a V. S.ª, como empresário, se teria sentido vender pelo equivalente a 5% dos investimentos do Conjunto de Carajás, onde a estrada de ferro tem um peso muito grande e, com isto, alienar 18% das ações, quando uma parte importante das ações já havia sido vendida diretamente pelo Tesouro. Vendida um pouco antes da época da conversão dessas ações que, portanto, pode — ou, na pior das hipóteses — um efeito de paralização do mercado ou de alguma queda no mercado, beneficiando esses tomadores de debêntures que as converteram. Então, tem sentido uma empresa, que tem esse patrimônio, que tem essa rentabilidade, por um valor insignificante dentro do seu metabolismo, alienar 18% do seu patrimônio, sendo que esses 18% do seu patrimônio oferecem o risco de perda de controle e, portanto, sabe muito bem V. S.ª, que um bloco de 10% de ações que transfira o controle, certamente deve ter um valor incomparavelmente maior do que o valor dessas ações.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Nobre Senador Severo Gomes, no início da minha exposição, disse que, dentro do capítulo da desestatização, até fui, talvez, um pouco rude em dizer que a desestatização da PETROBRÁS e da Vale do Rio Doce constituiria, no meu pensamento, um des-serviço da empresa privada ao Governo brasileiro, porque há outras que precisam ser desestatizadas e, talvez, se elas naturalmente forem, nós poderemos canalizar recursos para os setores que estão mais necessitados, não para a Vale do Rio Doce e muito menos para a PETROBRÁS. Agora, sinceramente, V. Ex.ª com a sua inteligência espetacular, já respondeu à pergunta. Evidentemente — não tem cabimento V. Ex.ª vender por 250 milhões de dólares, 18% das ações mas, nesta ocasião, os comentários, realmente, vieram à tona, havia um grupo interessado na aquisição da Vale do Rio Doce... uma atitude profundamente ridícula porque o percentual de 250 milhões de dólares para comprar, naturalmente, 18% das ações da Vale do Rio Doce, é uma coisa lamentável sob todos os aspectos. É por isto que estou dizendo — a desestatização é muito delicada. Eu sempre defendi o Governo em que eu acredito mais na não proliferação da empresa estatal do que na desestatização. A desestatização num negócio mal feito como este, desmoraliza pelo resto da vida a empresa privada nacional.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — E a nacionalização dessas ações com a energia subsidiada, os subsídios vêm beneficiar, justamente, o acionista estrangeiro — o caso da ELETOBRÁS que vai subsidiar, também, os acionistas estrangeiros da Vale do Rio Doce.

O SR. — Apenas uma intervenção — V. Ex.ª poderia nomear esses grupos interessados na privatização da Vale do Rio Doce?

O SR. — O que se falava, sinceramente, foi apenas, quem sabe, sob a forma de comentário — eu não posso me furtar sabendo, uma vez que o BRADESCO e parece-me, também, que o Itaú, estavam interessados na compra das ações da Vale do Rio Doce — o que se fala, assim, agora — o que sabia era o BRADESCO ou um grupo de Bancos, naturalmente, interessados na compra — sinceramente o que soube era isto. Não sei se isto era ou não verdade. Apenas comentários que escutamos.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Acredito que a maioria dessas ações, hoje, ainda são ao portador. De maneira que elas não foram convertidas em ações nominativas. É muito difícil pelo tempo.

Apelamos de novo, Dr. Antônio Ermírio, para a sua experiência de empresário — a Vale do Rio Doce vinha fazendo a sua correção monetária dentro dos moldes permitidos para as empresas estatais. Num certo ano, ela muda o critério de tal modo que a mudança desse critério vai permitir um enorme lucro contábil. Ora, de acordo com os dados da CEST, se ela não tivesse mudado o critério de correção monetária, ela teria apresentado lucros, discretos. Com a mudança do sistema de correção monetária, ela apresentou um enorme lucro. Com este enorme lucro ela pode distribuir maiores dividendos e, portanto, os optantes das debêntures, receberam no final do ano, já uma parcela importante

do valor que tinha investido. Na verdade, esses 160 milhões de dólares foram substancialmente reduzidos com a distribuição dos dividendos que foram possíveis, na medida em que se fez a correção monetária pela reavaliação do ativo. E que, como bem disse V. S.ª, não é lucro real, e, naquela altura, ela, inclusive, teve que aumentar o seu endividamento para fazer face à distribuição de dividendos. Lança debênture — porque precisa de recursos, uma parcela insignificante perto do montante dos investimentos — com isto, transfere 18% das ações para o domínio privado e muda o critério da correção monetária para poder distribuir dividendos e, com isto, reduz, substancialmente, a participação da Vale e o volume de recursos realmente líquidos no caso da Vale do Rio Doce. Como empresário, como V. S.ª poderia analisar e qualificar esse tipo de operação?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Meu caro Senador Severo Gomes, analisar, hoje, o balanço do conglomerado da Vale do Rio Doce é coisa extremamente difícil, mas eu, por acaso, nesse último balanço, resolvi analisar fundo o balanço da Vale do Rio Doce, eu queria saber o que estava acontecendo, porque evidentemente são muitas obras: ABRÁS, VALESUL, CARAJÁS, obras enormes. Será que só com o minério de ferro se pagará tudo isso? Afinal de contas, o lucro apresentado em balanço, para aqueles que apenas recebem e leem no jornal a análise, é um lucro extremamente grande. Eu cheguei exatamente à mesma conclusão do Sr., em se tirando a relação do ativo imobilizado o lucro da Vale do Rio Doce foi discreto, bastante discreto — se não me falha a memória um novo prejuízo.

De maneira que o que acontece é o seguinte: essa reavaliação do ativo, muito maior do que o patrimônio líquido daria uma absorção para o setor estatal e para o setor privado porque na área do setor privado igualmente tivemos a mesma coisa, antes buscando créditos exatamente através do investidor menos esclarecido e através de um balanço fictício, onde geralmente o lucro é um lucro inflacionário. Agora, evidentemente que no caso da Vale do Rio Doce me parece que essa distribuição tenha sido feita em tempo precipitado se fará outras nesse caso por exemplo, o administrador dentro da Vale do Rio Doce, nessa ocasião eu não teria sugerido eventualmente distribuição nesse montante por quanto eu já referi aqui que há muitas companhias estatais que no momento por uma questão de ignorância distribuindo atualmente dividendos sem lucro inflacionário e além do que pode ficar certo que a Diretoria que é profundamente irregular, uma contingência da nova lei de sociedade anônima não deveria ser feito de maneira alguma. Entre a Açominas analisei profundamente, mas analisei o balanço da Vale do Rio Doce e cheguei a conclusão que sem o lucro inflacionário o balanço da Vale do Rio Doce foi profundamente discreto e sendo um balanço discreto aconselho apenas que você tenha medidas de redução de despesa, aumentos de receitas impossíveis. Se ela proceder dessa maneira distribuindo assim montante que está lá marcada no balanço uma distribuição até agressiva de dividendos parece que é uma coisa que possivelmente eu não faria se estivesse na direção de uma Vale do Rio Doce. Apenas pessoal, pelo amor de Deus. Não sou dono da verdade.

O SR. CID SAMPAIO — Permite V. Ex.ª uma intervenção.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Pois não, nobre Senador.

O SR. CID SAMPAIO — As empresas estatais, têm o direito de corrigir os ativos dentro da forma estabelecida pela lei das sociedades anônimas diferentemente das empresas privadas. As empresas, elas podem se eximir de pagar o Imposto de Renda, preferindo esse lucro inflacionário.

O SR. — pode deferir, mas vai pagar em dia, não?

O SR. CID SAMPAIO — Difere mas com essa inflação o lucro se dilui. Se a Vale do Rio Doce, abrir mão do privilégio que ela tinha no proceder como é obrigatório para as empresas privadas. Ela corrigiu e tomou dinheiro emprestado para pagar os dividendos correspondentes a esse lucro, ao mesmo tempo, lançou

debêntures conversíveis que se beneficiaram desse lucro. A coisa parece estranha, parece que não foi feita pela direção da Vale do Rio Doce, foi feita pelos acionistas.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Senador, é possível que haja uma indução que tenha partido de fora para dentro, também, não é verdade. Sinceramente, eu vou raciocinar um pouco para ver se posso responder de uma maneira mais satisfatória a pergunta do nobre Senador Severo Gomes, em não se conhecendo as dificuldades financeiras desses projetos que são projetos muito grandes como a OBRÁS, VALESUL, CARAJÁS são projetos enormes, talvez, a simulação de um balanço melhor fosse até uma necessidade no sentido de se obter crédito mais facilmente no exterior, talvez fosse uma solução, não sei, não percebi nada. Amanhã, é muito comum as firmas que estão em situação financeira difícil publicarem balanços que realmente não traduzem a realidade dos fatos são balanços otimistas e com isto facilita a obtenção de novos créditos, talvez seja uma maneira, isso eu desconheço, porque a questão interna na direção da Companhia. Mas, de maneira geral acho que eles foram extranhamente generos na distribuição de dividendos, mas, não sei se partiu de fora para dentro ou de dentro para fora, isto eu desconheço. Afinal de contas esse compromisso que fazem matéria-prima de base como a Vale do Rio Doce e uma delas tem uma obrigatoriedade, o caso da PETROBRÁS, a PETROBRÁS ganha 4 trilhões de cruzeiros. Mas, o que representa isso em relação as necessidade de investimentos, quase nada. A PETROBRÁS, é uma Companhia que vive apertada porque ela precisa reinvestir e aumentar sua reservas de petróleo. Não só produzir mais, mas como também aumentar a reserva de petróleo. Agora, a mesma coisa com a Vale do Rio Doce, as obrigações da Vale do Rio Doce perante a nação brasileira são imensas distribuição de dividendos de uma maneira geral tinha que ser o mínimo possível para poder contentar o acionista e mais nada. Não pode ser generosa, ela não é uma fabricante de pó-de-arroz e cosméticos, ela é fabricante de matérias primas básicas além da exportação de minérios. Então, me parece que uma atitude mais severa nos controles de distribuição de dividendos é o essencial.

O SR. — Dr. Antônio Ermírio, dentro do quadro das análises que foram feitas hoje aqui, o Sr. entende o que se poderia concluir que tanto no caso dos empreendimentos de alumínio no Norte, quando do lançamento de debêntures conversíveis na Vale do Rio Doce, que houve e está havendo uma enorme perda de patrimônio público, uma transferência do patrimônio público para o bolso privado.

O SR. — Como assim para o bolso privado.

O SR. CID SAMPAIO — Na medida em que a produção de alumínio no Norte ela se faz com um subsídio pesadíssimo, subsídio que é pago pelo povo brasileiro, nós estamos transferindo patrimônio público para o patrimônio privado, que são aqueles beneficiados com a compra.

O SR. — Sobre esse aspecto eu não me iludo.

O SR. CID SAMPAIO — Segundo, na medida em que nós, ou que a Vale do Rio Doce, lança debêntures conversíveis uma empresa que tem um patrimônio como V. S. reconhece muitas vezes superior aquilo que conta seus valores. E que aliena 18% da sua ações do controle da empresa quase corre o risco de perda de controle. E essa perda de controle então passaria ter um valor incomparavelmente maior e nós estamos transferindo o patrimônio público para o patrimônio privado. Há implícito na atuação dos dois casos. Essa é a minha pergunta.

O SR. — A se confirmar esses números porque eu estou tomando conhecimento agora pela sua exposição desses 18% de renda, ou não sabia exatamente o montante de 250 milhões de dólares, correspondente a 18% das ações da Vale do Rio Doce. Isso se for naturalmente confirmado estes números evidente-

mente é uma medida lamentável. Qualquer empresa que se autorizasse amanhã vender. Eu acho que o patrimônio de 2 bilhões e 400 milhões de dólares eu sinceramente acho que o patrimônio da Vale do Rio Doce é muito superior a isso. E se você vai alienar 18% naturalmente da sua empresa por 250 milhões de dólares evidentemente é uma má operação. Eu não quero dizer aos Srs. que são os legisladores, eu não sou, sou apenas um observador. Mas, enfim, eu chamaria de uma má operação.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Muito obrigado Dr. Antônio Ermírio — Eu desejo fazer uma pergunta a V. S., mas antes quero me desculpar perante o depoente, o ilustre empresário Antônio Ermírio de Moraes e aos Srs. Senadores da Comissão, pois foi impossível qualquer passagem sábado ou domingo de Fortaleza até Brasília.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nós tínhamos comunicado em nome de V. Ex.

O SR. CÉSAR CALS — Muito obrigado, nobre Senador Virgílio Távora. A única pergunta porque cabe ao Presidente sempre lembrar depoimentos de um que envolve outras. A única indagação que eu tenho é sobre o problema da Amazônia. Foi dito aqui que V. S. foi convidado pelos Diretores da Companhia da Vale do Rio Doce para participar dos projetos de alumínio na Amazônia. Houve algum motivo especial por que V. S. não resolveu participar?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Perfeito, é uma boa pergunta que V. Ex. fez Senador César Cals. É evidente que, aos seis anos atrás, se não me falha a memória, nós fizemos um registro inclusive no Pará, da Companhia Paraense de Alumínio, nós tínhamos intenções de produzir alumínio no Norte do Brasil porquanto as reservas de Poços de Caldas nos daria apenas por 25 anos no âmbito de 25 anos uma produção de 170 mil toneladas por ano que será alcançada já no ano que vem tranquilamente. Então, não havia outra solução a não ser partir para o Norte. Nesses últimos seis anos nós temos só no setor de pesquisa cerca de 250 homens trabalhando ativamente no sentido de se buscar novas reservas de bauxita e nesse sentido no sul de Minas exatamente na região de Cataguases, nós fomos muito felizes, estamos lá há cinco anos trabalhando com resultados magníficos. Então, me parece que em se mantendo essa produção de 170 mil toneladas que não é o nosso desejo, nós queremos pelo menos produzir alumínio na mesma quantidade da OBRÁS, e na mesma qualidade da LUMAR, ou seja, no mínimo 320 mil toneladas de alumínio por ano é o nosso desejo final. Mas, com essas reservas de Cataguases nós adiamos o projeto de se fazer naturalmente o alumínio para esse problema. Mas notem bem, esse projeto não era em associação. Nós nos associamos no Pará exatamente com a Vale do Rio Doce na Mineração Rio do Norte. Mas para explorar o alumínio nunca fomos convidados a sermos sócios da Vale. Agora eu explico por que eu não entraria mesmo que fosse convidado hoje. O mundo inteiro produz alumínio com cerca de 28% de energia própria. A filosofia do Votorantim tem sido esta: nós não construiremos uma parte de alumínio no ano se não pudermos produzir 60% de energia própria, ou seja, com cerca de 2 quilowatts de alumínio em um ano... vamos ver se reduz isso aqui para 50%? Então, V. Ex. teria 1 quilowatt para cada tonelada de alumínio em um ano. E realmente se não houver uma possibilidade de se ter energia própria, então pode-se cometer o mesmo erro que todo o resto do mundo cometeu, porque desses 28% uns 20% estão no Canadá.

A Alcan do Canadá tem de energia própria uma potência instalada maior do que no tempo em que havia a Light no Rio de Janeiro e a Light de São Paulo. Então os senhores vêem que eles têm base para produzir. A potência instalada numa firma particular é maior que a Light do Rio e a Light de São Paulo, somando as duas.

Então parece-me que ir para o Norte sem uma possibilidade de energia própria, teria sido um erro, porque estaríamos nas mesmas condições de pedir energia subsidiada, como eu disse no início do meu depoimento. Eu teria vergonha de pedir energia abaixo de 12 mil o quilowatt/hora. Sinceramente eu teria muita vergonha

de pedir energia para o Governo, porque acho que é até falta de patriotismo pedir energia a preço tão baixo.

Como sabe V. Ex., pelos relatórios que tenho em mãos, de Tucuruí, está custando 52 ou 53 mil o quilowatt/hora a produção de energia em Tucuruí. Como é que eu posso pedir energia a 12 mil o quilowatt/hora? Acho que seria falta de patriotismo; seria mais uma doação do Governo a uma empresa privada, o que não me parece correto.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Está custando 53?

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Sim, segundo o relatório elaborado pela ELETRONORTE, que foi feito? Pelo que era no seu tempo o diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Não sei se respondi a sua pergunta. Então, ficando em Poços de Caldas, Itanhandu e Cataguases, nós vamos ter problemas de transporte, porque temos que embarcar na bitola estreita, passar para a bitola larga e voltar para a bitola estreita novamente. Estamos estudando com a Rede Ferroviária uma maneira mais econômica. Mas não obstante isso, temos uma possibilidade de crescer até 320 mil toneladas por ano. Eu defini o programa para os próximos 10 anos, até 1995, porque naturalmente temos que arranjar recursos para isso na zona de São Paulo por enquanto.

Posteriormente tenho a impressão de que aí já estará reformulado naturalmente o conceito de construção de usinas hidrelétricas. Uma vez foi realizada em São Paulo, pelo ex-Governador Paulo Maluf, uma reunião geral para ver se era possível as empresas privadas construir usinas hidrelétricas até, se não me falha a memória, 50 mil quilowatts. Mas a verdade é que não se conseguiu efetivar isso. Anunciou-se o programa, mas não foi cumprido.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Na realidade, é mais uma questão de tese. Não podendo nenhuma empresa ter condições de fazer energia própria na Amazônia, os aproveitamentos que são normalmente em rios de planície e, portanto, o quilowatt muito mais caro, são usinas relativamente...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — É de queda artificial.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — É de baixa queda. São rios de planícies; não têm gargantas, de maneira que o lago normalmente é muito espalhado. A não ser os rios Cotingo e Roraima, todos os outros rios...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Lá perto de Trombetas, andamos por lá, havia possibilidade de se fazer usinas de médio porte.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A questão que coloco é: não havendo possibilidades, porque o Trombetas para levar para a ALBRÁS seria muito difícil...

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Mas a ALBRÁS foi construída em Barcarena e não lá perto de Trombetas? Posso fazer esta pergunta a V. Ex.?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não. Na realidade o Porto de Trombetas é ótimo.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — Está lá perto. Por que se vai para Barcarena? V. Ex. pode responder-me por que foi para Barcarena?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mas a solução naturalmente é uma questão de política de Governo. A política de Governo, não para o alumínio, foi feita a decisão de fazer Tucuruí e Amazônia, independentes de ALBRÁS.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES — V. Ex. não mudaria nada.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A decisão de se fazer Tucuruí foi feita antes de ALBRÁS. Tendo feito Tucuruí, é claro que não se iria fazer uma outra usina hidrelétrica só para esse projeto.

A questão que se coloca naturalmente é de que Amazônia e Nordeste, se não tiverem energia subsidiada, de uma maneira geral, as duas regiões não se desenvolvem. Por isso é que se fez a reserva global de garantias para fazer uma transferência de região para outra, é assunto que naturalmente O Estado de S. Paulo sempre coloca suas restrições.

Mas, de maneira geral, a energia é, para o Nordeste e Norte, que têm um mercado pequeno, ou tem subsídio ou então é impossível se fazer uma industrialização das duas regiões. O cruzeiro que se transfere do consumo de São Paulo, dado o volume de consumo, corresponde a mais de 10 vezes o que baixa no preço da energia do Norte/Nordeste. É a reserva global de garantia. Naturalmente, coloco isso porque eu gostaria de ouvir a opinião do Dr. Antônio Ermírio de Moraes sobre a reserva global de garantia, se vale a pena continuar ou se acha que deve cessar.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Meu caro Ministro, sou membro do Conselho de Administração da CESP, ELETROPALLO e Companhia Paulista de Força e Luz. Recentemente houve uma briga enorme na véspera da eleição. Os depoimentos dados pelo jornal O Estado de S. Paulo inclusive envolveram a minha pessoa, porque sempre defendi a seguinte tese: a RGG é uma necessidade. Existem conselheiros que são contrários ao pagamento da reserva global de garantia. Mas eu sempre disse isso: vocês estão pensando em termos de São Paulo separatista. Não sou paulista nem filho de pernambucano, sou brasileiro. Então acho que é preciso que se recolham os impostos para que esses impostos possam ser canalizados para o resto do Brasil, onde haja realmente mais aproveitamento e que possam ser feitos a baixo custo. Minha filosofia é esta. Não penso só em termos de São Paulo, de jeito nenhum. Pelo contrário. Se V. Exª for verificar lá nas atas de reunião, verá o que disse várias vezes: vocês estão pensando num São Paulo separatista, e não posso admitir isso. O Brasil é um todo, não se pode comparar o Brasil como sendo São Paulo.

Note bem, essa objeção que houve ao RGG e ao RGR, que as companhias atrasaram muito o seu pagamento, foi muito mais fruto das dificuldades financeiras por que estavam passando essas companhias do que por uma questão assim regionalista. Posso garantir isso. As quotas não foram pagas porque não se tinham como pagar.

Se V. Exª pegar o sistema de São Paulo — CESP, ELETROPAULO e Companhia Paulista de Força e Luz — deve ao exterior 4 bilhões de dólares. Com o fornecimento de 52 bilhões de quilowatts/ano por ano, devendo quatro bilhões de dólares, nem Jesus Cristo poderia administrar essas empresas. Então tem que haver um milagre, porque realmente não há condições de administrar. Agora, como dizíamos no começo da reunião, para que pudéssemos acabar com esses subsídios, porque afinal de contas é a ELETRONORTE que está dando subsídios à ALBRÁS, parece-me que talvez a solução fosse ter uma criatividade sui generis. Por exemplo, a indústria de alumínio, quer dizer, praticamente como uma máquina de Tucuruí. V. Exª faz 150.000 toneladas por ano, quer dizer, para a indústria do alumínio o Norte vai precisar de 640 mil quilowatt. Vamos admitir que ela pudesse fazer metade disso, quer dizer, duas máquinas de Tucuruí daria para salvar a futura indústria de alumínio do Norte, quer dizer, duas máquinas de Tucuruí. O Senhor colocaria 1 quilowatt e o resto iria comprar a preço normal. Mas como fazer isso aqui? O Senhor sabe muito bem; o Senhor tem duas máquinas — já que diz que os empreendimentos hidrelétricos no Norte são muito difíceis, baixa queda, quer dizer, volume de água muito grande, requer mais engenharia do que um aproveitamento na zona Sul ou Sudeste do País, então por que não vender naturalmente duas máquinas de Tucuruí — não só o maquinário porque o maquinário representa 25% do atual investimento. Normalmente o maquinário é um quarto do investimento total. É muito comum nas empresas do Governo uma supermotorização; é mais para ter o quilowatt mais barato.

Lá no Iguazu, como sabe V. Exª, no momento a queda está violentíssima; está operando com 10% da

capacidade de água, porque o rio Iguazu tem uma capacidade de água limitada. No entanto, supermotorizaram o rio Iguazu para baixar o preço do quilowatt. Mas como a motorização custa só 25%, então se ficar 1 milhão de quilowatts, eu coloco 1 milhão e meio de quilowatt. Quer dizer, baixa o custo do quilowatt no cômputo geral.

Agora, a solução seria vender então uma parte de sub máquinas, inclusive proporcional à construção civil, barragem e tudo, e eles pagam por essa energia, quer dizer, vão pagar por esse investimento, quer dizer, Tucuruí, em vez de ter 8 máquinas, entra com 6. Mas o melhor é que se fica isento naturalmente desse subsídio que o Senhor está vendendo, que vai acabar quebrando com a ELETRONORTE. Não me parece justo que a ELETRONORTE, que é uma das mais descapitalizadas empresas do Governo, tenha que dar um subsídio à Vale do Rio Doce e para a ALCOA, que é a maior produtora de alumínio do mundo. Então é este o ponto que coloco.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Na realidade, o Ministro Dias Leite tentou vender e não conseguiu.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Tentou, houve até, mas... Eu estudei, Ministro Cesar Cals, mas, infelizmente, como foi posto naquele decreto, aquilo não era uma venda, era um empréstimo que V. Exª faria para um aluguel, mas era tão caro que não compensava. Naquela ocasião, nós estudamos, inclusive, o Diretor Brito, da ELETROBRÁS, recentemente mandou novamente esse decreto para que fosse reestudado. Nós colocamos no computador, colocamos em cálculo normal e chegamos à conclusão que o investimento era de tal ordem que o que se precisa fazer é vender e separar, e dizer: Muito bem?? deixa operar; se amanhã eu quiser debitar esse quilowatt a 4.000 quilowatt, eu posso, é uma questão interna da companhia, mas não vão pedir favor nenhum ao Governo no sentido de usar subsídio para a energia elétrica.

Era essa a solução que eu tinha.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Com a palavra o Senador Cid Sampaio.

**O SR. CID SAMPAIO** — Eu queria pedir informação ao Presidente, porque ele referiu-se ao RGG — Reserva Geral de Garantia. Todavia, a Reserva Geral de Garantia foi usada muito também para a nova construção da Usina de Itaipu. Pelo menos na Companhia Elétrica de Pernambuco nós pagamos a Reserva de Garantia e a ELETROBRÁS aplicou em Itaipu. Acho que é o único setor que está recebendo da reserva geral de garantia, a ELETRONORTE, em função do subsídio, que fornece energia. E alguns Estados, como...

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — V. Exª me permite? Todos os Estados do Nordeste. Talvez a CELPE...

**O SR. CID SAMPAIO** — A CELPE tem saldo, a Bahia tem saldo.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** - Praticamente todos os Estados do Nordeste, porque esse foi um decreto da época do Presidente Costa e Silva, em que ele fez a unificação das tarifas de energia elétrica, fez no sentido de favorecer ou possibilitar o desenvolvimento industrial do Nordeste. Se agora a CELPE não está precisando, mas já precisou ao longo do tempo.

Nós, na realidade, gostamos de reconhecer que as regiões desenvolvidas têm mercado consumidor de energia elétrica muitas vezes maior do que o mercado nascente como o Nordeste. Se fôssemos pagar o custo real de usinas como... quanto mais distante mais longas as linhas de transmissão, seria inviável qualquer empreendimento industrial na Região Norte-Nordeste. Só agora a CELPE — isso é histórico — não precisou da RGG. Mas durante todo esse desenvolvimento, isso foi um decreto do tempo do Presidente Costa e Silva, e isso é de fato um subsídio.

O que eu quero colocar aqui é que sem subsídio na energia elétrica, Norte e Nordeste jamais poderiam se desenvolver, e um subsídio, porque todo subsídio se tira do bolso de um, do bolso de outro, ninguém inventa dinheiro, que está dando ao próprio consumidor de energia elétrica do Sul do País. Como também é

o subsídio do álcool; quem dá é o consumidor de gasolina; subsídio não inventa, tira-se do bolso de um põe-se no bolso do outro. Isso é questão de uma política de Governo para ou desenvolver regiões pioneiras ou para atividades pioneiras, como o PROÁLCOOL.

Na realidade, é essa minha explicação.

**O SR. CID SAMPAIO** — E o RGE, não existe mais?

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — RGE é para outra coisa.

**O SR. CID SAMPAIO** — O RGE é para pagar débitos estrangeiros.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — É reversão.

**O SR. CID SAMPAIO** — É reversão de bens estrangeiros. Mas não existe mais, e o Governo continua a receber RGE.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Vamos dizer o seguinte: RGE seria para amortizar o investimento. Como a sociedade de economia mista não é total do Estado...

**O SR. CID SAMPAIO** — Foi criada para amortizar os investimentos estrangeiros.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Não, isso é anterior.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Essa RGE é uma conta de reversão, quer dizer, automaticamente, o Governo recebe do senhor. Se qualquer dia sua concessão for cassada e depois de 30 anos o Governo resolva não dar mais concessão ao senhor, ele automaticamente teria recursos para lhe pagar imediatamente.

**O SR. CID SAMPAIO** — Sim, mas hoje não existem mais essas concessões, porque está tudo com o Estado.

**O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES** — Agora, em realidade, o Governo não tem um centavo para pagar ao senhor se amanhã ele levantasse sua concessão. Já gastou em outros setores.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — Mas alguma pergunta, Senador?

**O SR. CID SAMPAIO** — Não, obrigado.

**O SR. SEVERO GOMES** — Peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals)** — V. Exª tem a palavra, Senador Severo Gomes.

**O SR. SEVERO GOMES** — Ainda tenho, Sr. Presidente, um comentário a fazer, porque acho que não foi só o Dr. Antônio Ermírio que foi atingido com a sua referência ao meu Estado, opinião dos paulistas; eu também. Gostaria de lembrar que ninguém, nem no meu Estado nem no Brasil inteiro, será contrário a esses subsídios que venham a ser dados amanhã, para que tenhamos uma verdadeira integração nacional, uma correção das desigualdades. O que estávamos comentando era o subsídio ao Tesouro japonês. Quer dizer, de que maneira o preço da energia elétrica, a ALBRÁS; leva dinheiro ao Tesouro japonês. Nós estaremos sempre entendendo que uma usina com a de Tucuruí, integrada como a rede do Nordeste, seria um fonte de grande estímulo ao desenvolvimento da região, e nunca ninguém foi contra, ao contrário, o que nós estamos condenando é o subsídio ao Tesouro japonês, e por isso é que se discutiu o problema de Tucuruí.

Gostaria de lembrar mais ainda que eu, ao tempo em que passei pelo Ministério da Indústria e do Comércio, ao contrário de ter defendido questões do meu Estado, tive enormes lutas com o meu Estado, desde a criação do Pólo Petroquímico no Sul, e sofreu uma guerra dentro do meu Estado, desde as decisões do Conselho de Desenvolvimento Industrial, privilegiando os projetos da indústria têxtil para o Nordeste não aprovando novos projetos para a Região Sul, e lembrando um que atinge diretamente o seu Estado e que me foi sugerido, naquela altura, pelo Senador Virgílio Távora, que foi o estabelecimento do preço uniforme de preços siderúrgicos que viabilizava a indústria metalúrgica no

Nordeste, e que estava sofrendo intensamente, inclusive com paralisação de muitas delas.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dou meu testemunho.

O SR. SEVERO GOMES — Muito obrigado. Quer dizer, a nossa preocupação é com o subsídio que nós estamos dando para o Tesouro de um dos países mais ricos do mundo, num negócio, como chegamos aqui

à descrição, o Brasil tinha caído numa armadilha construída por ele mesmo e que cabe a nós, hoje, procurar desmontá-la.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não havendo mais quem queira falar, eu agradeço ao Dr. Antônio Ermírio de Moraes sua presença.

Devo dizer que o Dr. Antônio Ermírio de Moraes fez um esforço imenso para atender ao nosso convite.

Ele tinha uma reunião no Conselho de Administração da CPRM, que foi transferida para hoje à tarde para cumprir este compromisso.

Lamento não ter podido estar desde o início, mais uma vez. Na próxima reunião nós teremos o Dr. Luís Antônio Godoy Alves, Presidente da Associação de Funcionários da Vale do Rio Doce, e João Carlos Linhares, ex-Diretor de Operação da Vale do Rio Doce, amanhã, às 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.